



Monitor **ODS Pará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20
25



Monitor **ODSPará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025

Abaetetuba



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

**FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A
ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA**

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução.....	8
Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza.....	9
1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
Objetivo 4 - Educação de Qualidade.....	17
7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.....	19
9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento.....	22
11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24	
14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25	
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27	
16 – PIB per capita.....	28	
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30	
18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31	
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33	
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34	
21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35	
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37	
23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38	
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39	
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41	
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43	
27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44	
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45	
29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46	
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48	
31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49	
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51	

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Abaetetuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Abaetetuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Abaetetuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Abaetetuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Abaetetuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Abaetetuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Abaetetuba x RI Tocantins x Pará (2019- 2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Abaetetuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Abaetetuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Abaetetuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Abaetetuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Abaetetuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Abaetetuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Abaetetuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Abaetetuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Abaetetuba x RI Tocantins x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Abaetetuba x RI Tocantins x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Abaetetuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Abaetetuba x RI Tocantins x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Abaetetuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Abaetetuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Abaetetuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Abaetetuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Abaetetuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Abaetetuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Abaetetuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Abaetetuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Abaetetuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Abaetetuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Abaetetuba x RI Tocantins x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Abaetetuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Abaetetuba x RI Tocantins x Pará (2025)	50



INTRODUÇÃO

AAgenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores – governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas – e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamen-

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do Observatório ODS-FAPESPA, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Abaetetuba (PA)**.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.

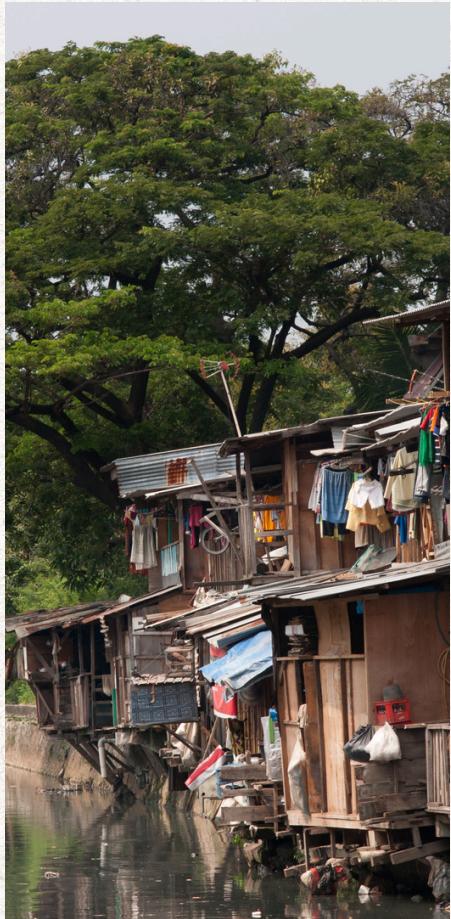


Evolução da Taxa de Pobreza

No município de Abaetetuba, a taxa de pobreza apresentou um comportamento relativamente estável entre 2019 e 2021, variando de 63% a 64,8%. No entanto, em 2022, observou-se um aumento expressivo, atingindo o pico de aproximadamente 65%, em linha com a Região de Integração (RI) Tocantins, que também disparou para cerca de 75%, evidenciando um possível impacto de fatores conjunturais, como a pandemia de COVID-19. Em 2023, tanto Abaetetuba quanto a RI Tocantins registraram quedas importantes, com a taxa recuando para 59,8% e 55,2%, respectivamente, indicando uma possível recuperação econômica e/ou efeitos de po-

líticas públicas mais direcionadas (Gráfico 1).

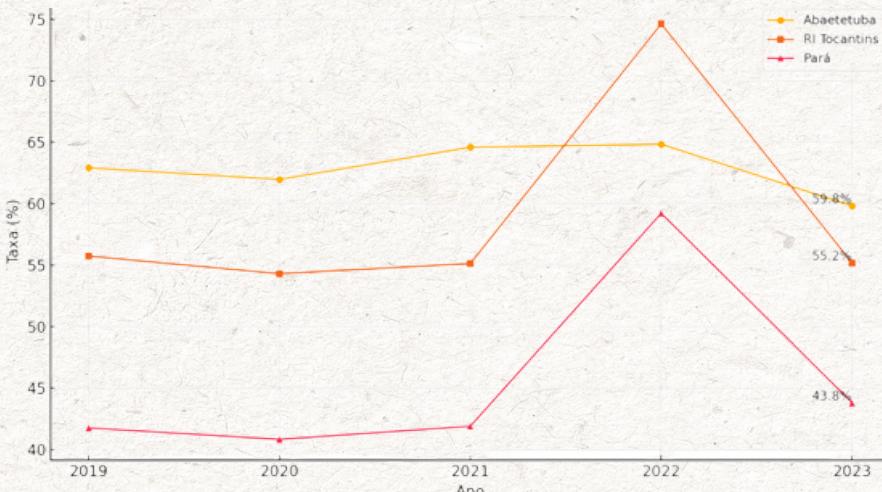
Analizando a trajetória do estado do Pará, observa-se que a taxa de pobreza, que já era mais baixa em relação ao município e à RI, manteve-se mais estável no período inicial, com leve queda entre 2019 e 2020. No entanto, em 2022 também houve um salto abrupto, atingindo 59,2%, antes de recuar para 43,8% em 2023. Esse comportamento sugere que, embora o estado como um todo tenha sido afetado pelas mesmas pressões econômicas, conseguiu reverter o quadro com maior eficiência ou amplitude em comparação a Abaetetuba e sua Região de Integração (Gráfico 1).





O fato de Abaetetuba ter uma taxa de pobreza historicamente superior à média estadual revela uma vulnerabilidade estrutural mais pronunciada, possivelmente ligada a condições socioeconômicas locais menos favoráveis. A queda de 2022 para 2023, embora expressiva, ainda mantém o município em patamar crítico, indicando que, apesar de melhorias recentes, a pobreza permanece como um desafio central para políticas públicas municipais (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Abaetetuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 59,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

O comportamento das despesas públicas com serviços essenciais em Abaetetuba mostra uma tendência de queda acentuada ao longo do período analisado. Em 2019 e 2020, o município apresentava percentuais elevados, acima de 74%, refletindo uma alocação prioritária de recursos para áreas como saúde, educação e assistência social. Contudo, a partir de 2021, observa-se uma queda expressiva para 65,7%, seguida de uma leve recuperação em 2022, mas voltando a declinar em 2023 para apenas 60,9%. Essa redução constante pode indicar mudanças na estrutura orçamentária municipal, dificuldades fiscais ou redirecio-

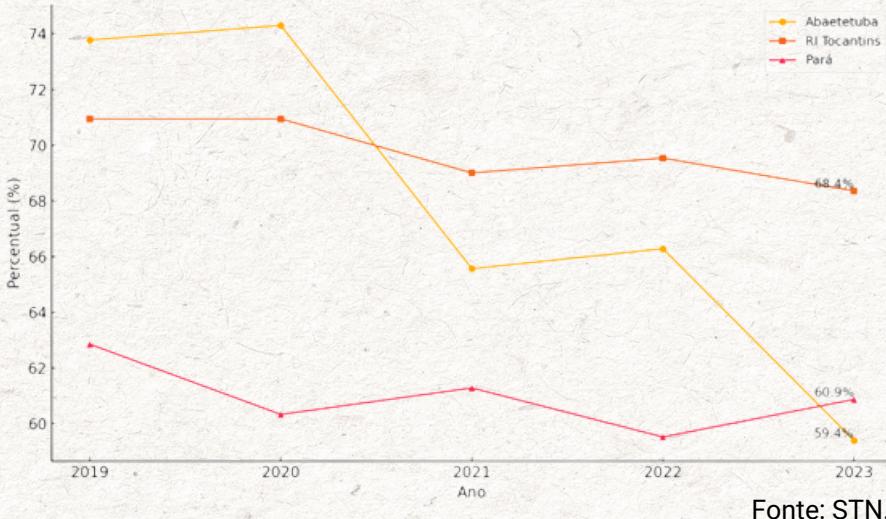
namentos de gastos (Gráfico 2)

Já na Região de Integração Tocantins, o padrão de variação foi mais moderado. Embora tenha havido uma leve redução de 71% em 2019 para 68,4% em 2023, a RI manteve-se relativamente estável ao longo do tempo, sugerindo maior consistência nos investimentos essenciais. O estado do Pará, por sua vez, operou em patamares inferiores desde o início do período, mas também com variações mais suaves, situando-se entre 63% e 59,4%, o que pode refletir um esforço estadual de manutenção mínima dos serviços públicos mesmo diante de restrições fiscais (Gráfico 2).

O recuo nas despesas essenciais em Abaetetuba é preocupante, especialmente quando cruzado com o indicador de taxa de pobreza. Em geral, menores investimentos em serviços públicos correlacionam-se com pioras em indicadores sociais, o que pode explicar, em parte, o agravamento da pobreza no município em 2022. Assim, a recuperação recente da taxa de pobreza, apesar da continuidade da redução nas despesas, sugere que fatores externos (como transferências federais ou programas de renda mínima) podem ter desempenhado papel compensatório no curto prazo (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Abaetetuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar da nutrição e promover a agricultura sustentável.



Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

Entre 2019 e 2021, a prevalência de crianças com baixo peso ao nascer em Abaetetuba manteve-se relativamente estável, variando entre 7,5% e 7,8%, um patamar ligeiramente inferior ao observado na Região de Integração Tocantins e no estado do Pará, que oscilaram ao redor de 8% no mesmo período. Esse cenário inicial sugeriu uma situação controlada, embora ainda preocupante em termos de saúde materno-infantil. A partir de 2022, contudo, houve um salto expressivo em todos os territórios analisados: em Abaetetuba, a taxa atingiu 9,2%, acompanhando o aumento abrupto da RI Tocantins (9,5%) e o avanço mais moderado no Pará (8,5%), refletindo possíveis efeitos da crise sanitária e econômica pós-pandemia sobre a quali-

dade do pré-natal e da assistência à gestante (Gráfico 3).

Em 2023, Abaetetuba conseguiu reverter parcialmente o aumento registrado no ano anterior, reduzindo a taxa para 8%, o que representa um recuo importante, mas ainda mantendo um patamar mais elevado do que aquele observado antes de 2022. A RI Tocantins, por sua vez, permaneceu no nível elevado de 9,5%, enquanto o estado do Pará apresentou nova alta, chegando a 9%. Esse quadro indica que o município de Abaetetuba, apesar das dificuldades enfrentadas, pode ter adotado medidas específicas de atenção básica e nutricional no ciclo gestacional que ajudaram a mitigar a continuidade do agravamento do problema (Gráfico 3).

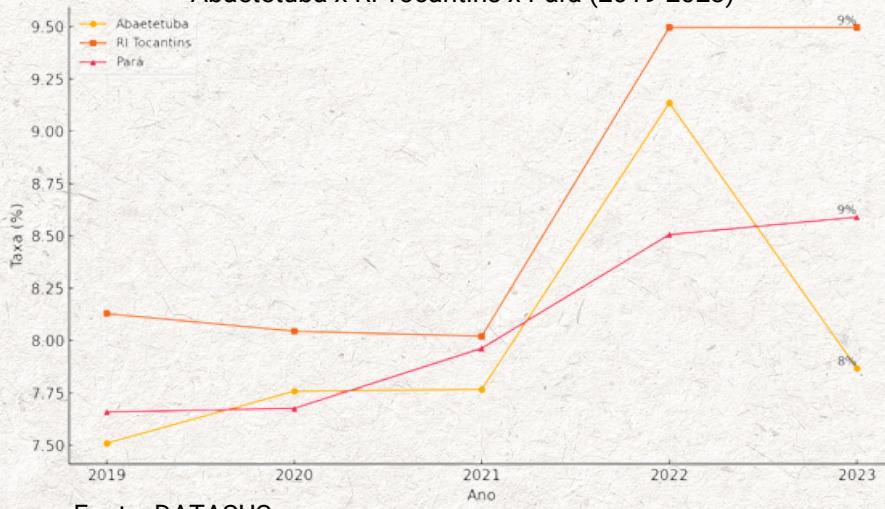
O comportamento desses dados reforça a importância

de políticas públicas voltadas à melhoria do acompanhamento pré-natal e à segurança alimentar de gestantes, especialmente em períodos de crise.

A oscilação da prevalência de baixo peso ao nascer após 2021 demonstra como esse indicador é sensível às condições socioeconômicas locais, evidenciando que, mesmo em contextos regionais desfavoráveis, intervenções municipais específicas podem fazer diferença na evolução dos desfechos neonatais (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Abaetetuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

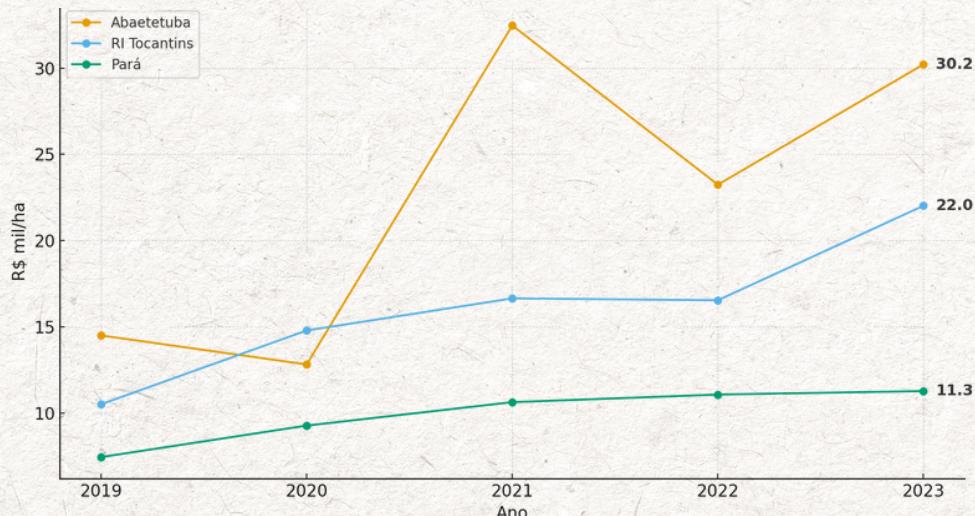
Entre 2019 e 2023, a produtividade agrícola de Abaetetuba apresentou forte oscilação. Iniciou com R\$ 14,5 mil/ha em 2019, recuou para R\$ 13,0 mil/ha em 2020 e saltou expressivamente para R\$ 32,2 mil/ha em 2021. Nos anos seguintes houve queda para R\$ 23,3 mil/ha em 2022 e posterior recuperação para R\$ 30,2 mil/ha em 2023. O padrão revela comportamento volátil, associado a fatores sazonais e variáveis de mercado, mas mantendo tendência geral de alta no quinquênio (Gráfico 4).

Na Região de Integração Tocantins, a produtividade evo-

luiu de modo contínuo, saindo de R\$ 10,5 mil/ha em 2019 para R\$ 15,0 mil/ha em 2020 e atingindo R\$ 16,8 mil/ha em 2021 e 2022, estabilizando antes de crescer para R\$ 22,0 mil/ha em 2023. Já o Pará apresentou trajetória mais moderada, variando de R\$ 7,3 mil/ha em 2019 para R\$ 11,3 mil/ha em 2023, com aumentos graduais. Assim, enquanto o estado e a RI registram crescimento sustentado, Abaetetuba exibe desempenho superior porém instável, refletindo maior sensibilidade local às condições de produção (Gráfico 4).



Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Abaetetuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 30,2 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta foi alcançada.



ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

Entre 2019 e 2021, Abaetetuba apresentou uma tendência de aumento contínuo na taxa de mortalidade infantil, saindo de 11,4 para 17,3 óbitos por mil nascidos vivos, superando tanto a média da Região de Integração Tocantins quanto do estado do Pará, que mantiveram certa estabilidade nesse período em torno de 15 mortes por mil. Esse crescimento pode estar relacionado a deficiências na atenção básica à saúde infantil, limitações de infraestrutura hospitalar ou agravamento de fatores sociais e econômicos locais que impactam a saúde neonatal e infantil. Em contraste, a RI Tocantins e o Pará registraram oscilações pequenas e mais controladas nesse intervalo de tempo (Gráfico 5).

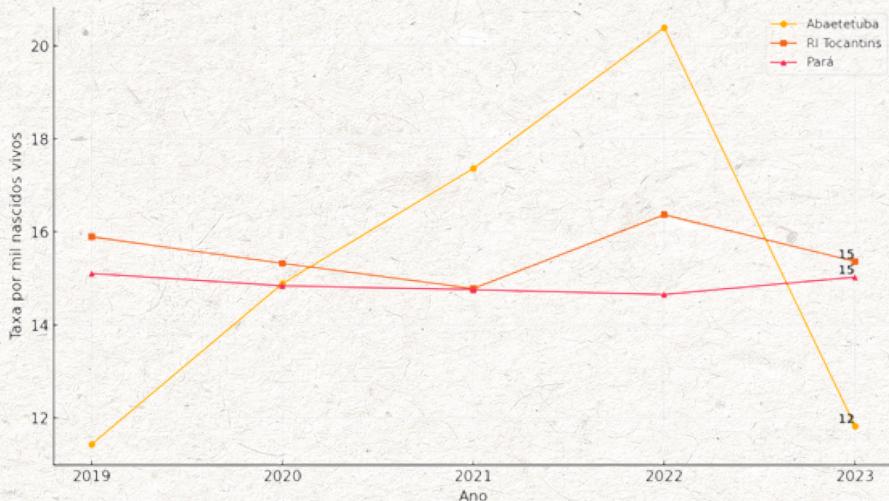
Em 2022, Abaetetuba experimentou um novo salto, atingindo o pico de 20,4 mortes por mil nascidos vivos, valor muito acima da média regional e estadual, enquanto a RI Tocantins subiu levemente para cerca de 16,3, e o estado do Pará manteve-se relativamente estável em torno de 14,6. Esse agravamento no município é um forte indicativo de crise no sistema de saúde local, possivelmente associado às consequências tardias da pandemia de COVID-19, que pressionou os serviços de saúde e limitou o atendimento pré-natal e neonatal de qualidade. O descolamento entre Abaetetuba e seus comparativos territoriais revela fragilidades específicas que exigiriam intervenções focalizadas (Gráfico 5).





Em 2023, contudo, Abaetetuba apresentou uma expressiva queda, voltando a registrar apenas 12 mortes por mil nascidos vivos, o que representa uma recuperação notável e realinha o município a patamares semelhantes aos observados na RI Tocantins (15) e no Pará (15). Essa reversão pode ter resultado de ações corretivas implementadas no sistema local de saúde, como a expansão de programas de atenção primária, melhoria dos serviços obstétricos ou campanhas de saúde infantil. Ainda assim, a volatilidade dos dados ao longo dos anos alerta para a necessidade de garantir a continuidade e a estabilidade das políticas públicas voltadas para a redução da mortalidade infantil (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Abaetetuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 12 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

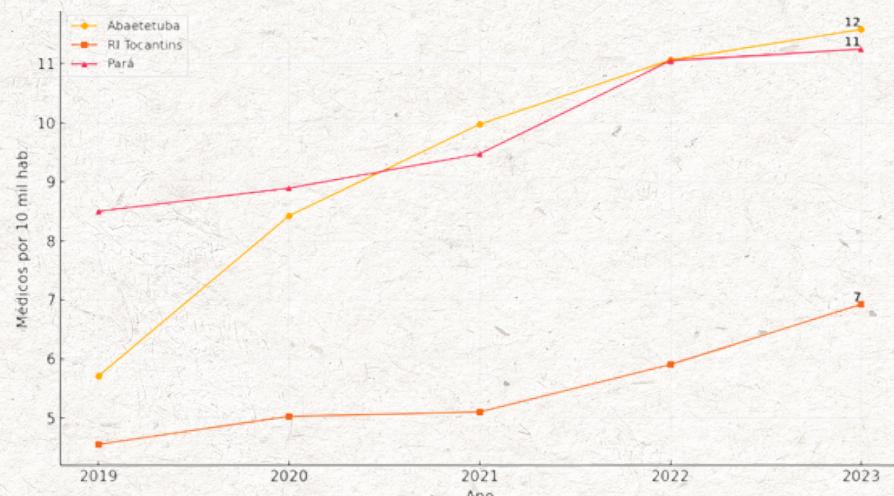
A evolução do número de médicos por 10 mil habitantes em Abaetetuba entre 2019 e 2023 apresenta uma tendência de crescimento constante e bastante expressiva. Em 2019, o município contava com apenas 5,8 médicos por 10 mil habitantes, número bem inferior ao registrado tanto na Região de Integração Tocantins (4,6 médicos) quanto no estado do Pará (8,5 médicos). A partir de 2020, contudo, Abaetetuba passou a registrar aumentos anuais sucessivos, atingindo 8,4 médicos em 2020, 10 médicos em 2021, 11,1 médicos em 2022, e finalmente alcançando 12 médicos por 10 mil habitantes em 2023 – superando os índices tanto da RI Tocantins (7 médicos) quanto do estado do Pará (11,2 médicos) (Gráfico 6).

Enquanto Abaetetuba apresentou esse avanço acelerado, a Região de Integração Tocantins, embora também tenha crescido, manteve um ritmo mais lento e permaneceu em patamares bem inferiores. O estado do Pará, por sua vez, seguiu uma trajetória de crescimento mais moderada, passando de 8,5 médicos em 2019 para 11,2 médicos em 2023, mas ainda ficando um pouco atrás de Abaetetuba no último ano. Isso indica que o município não só conseguiu reverter a desvantagem inicial como também ultrapassou os seus comparativos territoriais, demonstrando uma política de expansão da força de trabalho médica mais eficaz ou bem-sucedida nesse período (Gráfico 6).



Apesar da tendência de aumento, o número absoluto de médicos em Abaetetuba ainda deve ser interpretado com cautela, dado que a ampliação da força de trabalho médica precisa ser acompanhada de investimentos em infraestrutura hospitalar, insumos, capacitação contínua e fortalecimento da rede de atenção básica. Além disso, a distribuição dos médicos no território (entre áreas urbanas e rurais) e a qualidade da assistência prestada são aspectos igualmente cruciais para que o aumento quantitativo de profissionais se traduza efetivamente em melhorias sustentáveis nos indicadores de saúde da população (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Abaetetuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 12 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta foi alcançada.





ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

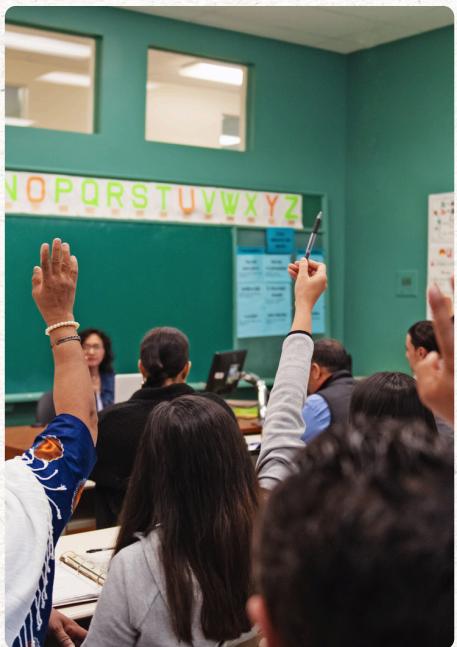
No município de Abaetetuba, o número de vagas no ensino público por mil habitantes apresentou tendência de queda no período de 2019 a 2023. Em 2019, o município oferecia aproximadamente 229 vagas por mil habitantes, mas essa oferta diminuiu gradativamente, com uma leve recuperação em 2021, antes de declinar de forma mais acentuada em 2023, alcançando 198 vagas. Esse comportamento reflete uma possível retração na capacidade de absorção da demanda escolar pública, o que pode estar associado a restrições orçamentárias, redução da população em idade escolar ou ajustes estruturais no sistema educacional local (Gráfico 7).

A Região de Integração Tocantins seguiu uma tendência semelhante, embora em pata-

mares superiores: iniciou com cerca de 245 vagas por mil habitantes em 2019, manteve certa estabilidade até 2022 e depois sofreu forte queda em 2023, atingindo 219 vagas. Já o estado do Pará também apresentou redução, partindo de 211 vagas em 2019 para 197 vagas em 2023. Essa redução em todos os níveis territoriais sugere que o fenômeno é, em parte, regional e pode estar relacionado a mudanças mais amplas, como políticas de reorganização de redes escolares ou dinâmica demográfica (Gráfico 7).

Em Abaetetuba, a diminuição do número de vagas por mil habitantes é preocupante, pois pode sinalizar limitações de acesso à educação pública, especialmente em áreas mais vulneráveis. Se a redução não for compensada por

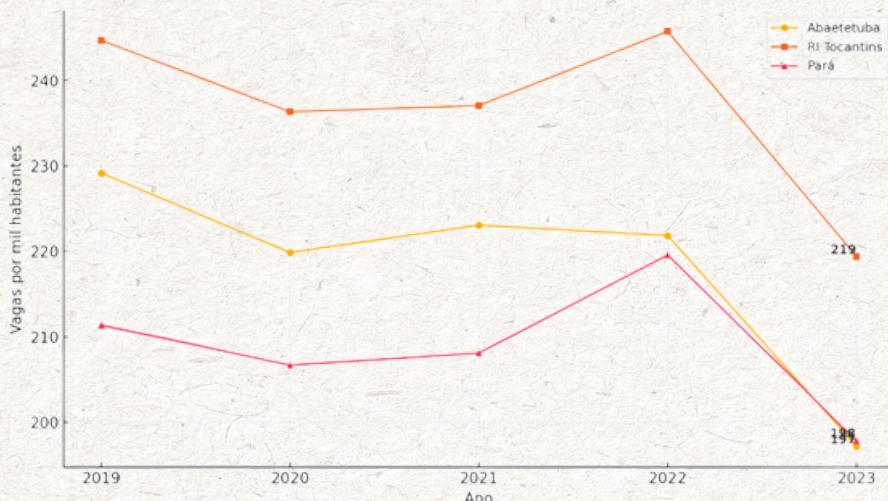
Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.



aumentos de eficiência, melhorias de qualidade ou expansão de alternativas educacionais (como escolas comunitárias ou privadas subsidiadas), há risco de aumento da exclusão escolar, com repercussões negativas para o desenvolvimento humano e a equidade social a longo prazo (Gráfico 7).



Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, ABAETETUBA x RI TOCANTINS x PARÁ (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 198 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

A evolução do percentual de escolas com acesso à internet em ABAETETUBA revela uma trajetória bastante positiva entre 2019 e 2023. Partindo de um nível modesto de 41,8% em 2019, houve crescimento constante, mesmo com pequena oscilação em 2021, culminando em expressivos 76,9% em 2023. Esse avanço é bastante significativo e coloca o município em posição de destaque em relação à Região de Integração Tocantins e ao estado do Pará, que atingiram, respectivamente, 61,7% e 65,6% de escolas conectadas no mesmo ano (Gráfico 8).

Na Região de Integração Tocantins, a expansão foi con-

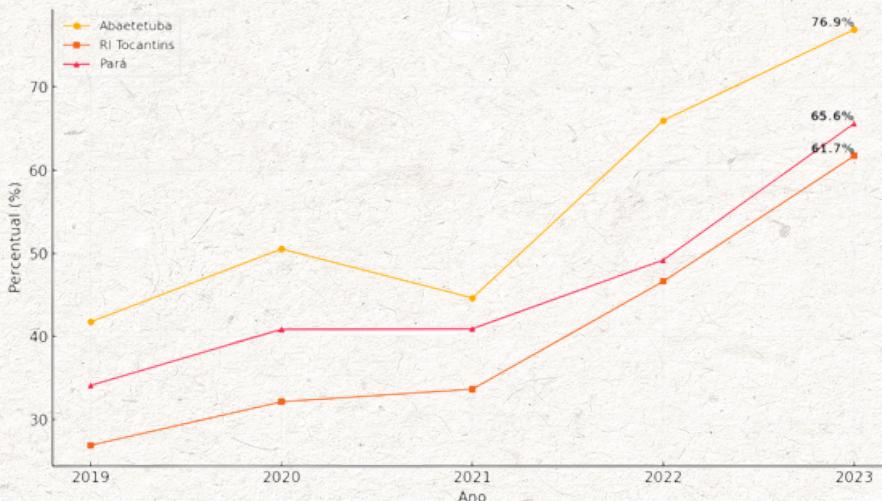
sistente, porém menos acelerada do que em ABAETETUBA, saindo de cerca de 27% em 2019 para pouco mais de 61% em 2023. O estado do Pará, por sua vez, manteve taxas intermediárias, indicando uma preocupação crescente, porém ainda desigual, com a inclusão digital nas instituições de ensino. O crescimento em ABAETETUBA parece indicar um esforço local deliberado para modernizar a infraestrutura escolar, essencial para garantir o acesso dos estudantes às tecnologias de informação e comunicação, sobretudo no contexto pós-pandemia (Gráfico 8).

Esse avanço na conectividade

de escolar é extremamente relevante, pois viabiliza práticas pedagógicas inovadoras, amplia o acesso ao conhecimento e reduz barreiras educacionais históricas. Em paralelo, a forte expansão da internet nas escolas de ABAETETUBA pode funcionar como fator compensatório frente à redução de vagas no ensino público, oferecendo novas modalidades de ensino híbrido ou remoto que, se bem implementadas, podem manter ou até ampliar o alcance educacional para a população estudantil do município (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Abaetetuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.



Violência Contra a Mulher por Parceiros

Em Abaetetuba, a violência contra a mulher por parceiros apresentou oscilações marcantes entre 2019 e 2023. Em 2019, o município registrava cerca de 5,7 casos por 100 mil habitantes, seguido de uma forte queda para praticamente 0 casos em 2020, comportamento que pode refletir subnotificações relacionadas às restrições da pandemia de COVID-19 e dificuldades de acesso aos canais de denúncia. Em 2021, os registros começaram a subir novamente, e em 2022 atingiram um pico de 14 casos por 100 mil habitantes, revelando um agravamento do problema naquele ano. Em 2023, observou-se nova queda para 5 casos, retornando a patamares similares a 2019 (Gráfico 9).

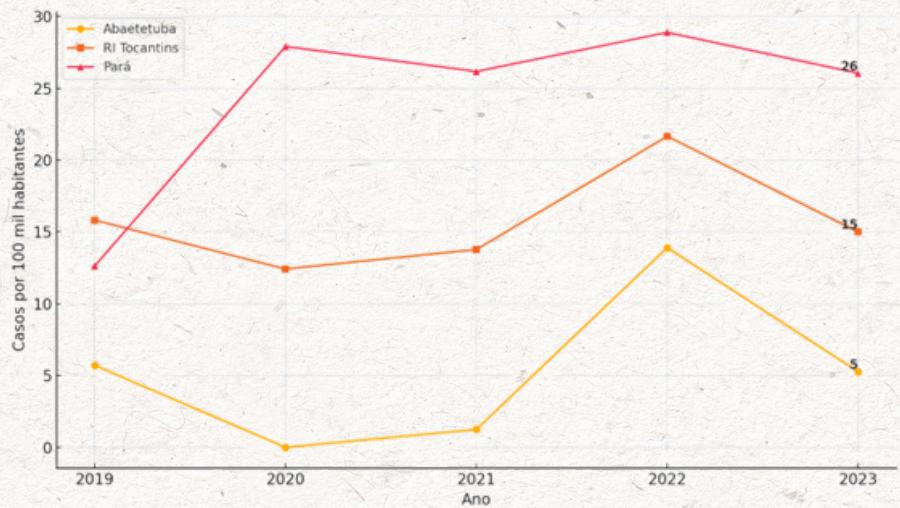


A Região de Integração Tocantins e o estado do Pará apresentaram trajetórias distintas: ambos mantiveram níveis mais elevados de violência em todo o período. A RI Tocantins registrou queda de 16 para 15 casos entre 2019 e 2023, após flutuações, enquanto o Pará aumentou de 13 para 26 casos, com picos importantes em 2020 e 2022. Esses dados sugerem que a violência doméstica permaneceu como problema crônico no estado e na RI, enquanto Abaetetuba teve um comportamento mais volátil, o que pode refletir tanto fragilidades no sistema de notificação quanto a eficácia variável de políticas locais de enfrentamento da violência de gênero

(Gráfico 9).

A trajetória observada em Abaetetuba indica que, embora tenha havido melhora no indicador em 2023, a volatilidade e os picos anteriores apontam para uma situação ainda frágil. As reduções recentes podem ter ligação com ações locais de prevenção e atendimento, mas a queda também precisa ser vista com cautela para não mascarar possíveis subnotificações. Assim, é crucial manter e fortalecer redes de acolhimento, campanhas de denúncia e políticas de proteção para garantir que a tendência de queda seja consistente e baseada na real diminuição dos casos (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Abaetetuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

O percentual de mulheres ocupando cargos gerenciais em Abaetetuba apresentou crescimento até 2021, mas, a partir daí, iniciou uma tendência de leve recuo. Em 2019, o índice era de 41,8%, subindo para 46,2% em 2020 e alcançando o pico de 47,5% em 2021. No entanto, entre 2022 e 2023, esse percentual caiu para 44,7%, embora ainda mantenha um patamar superior ao de 2019, mostrando que, apesar do recuo recente, houve um ganho líquido em termos de presença feminina em posições de liderança no período analisado (Gráfico 10).

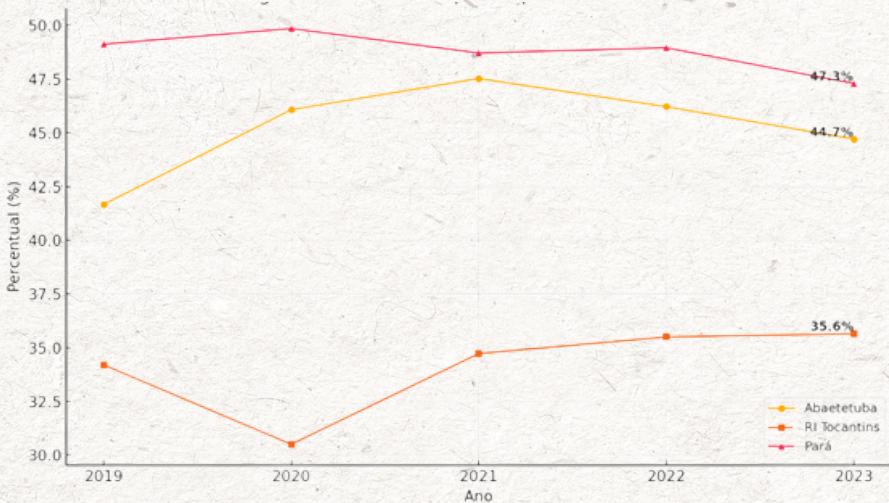




Comparando com a Região de Integração Tocantins e o estado do Pará, Abaetetuba apresenta desempenho intermediário. O estado do Pará manteve-se acima dos 47% durante todo o período, com pouca variação (47,3% em 2023), enquanto a RI Tocantins permaneceu em níveis mais baixos, embora em trajetória de crescimento, atingindo 35,6% em 2023. Esses dados reforçam que, apesar de oscilações recentes, Abaetetuba apresenta uma situação relativamente favorável no contexto regional em termos de igualdade de gênero nos cargos gerenciais (Gráfico 10).

O crescimento inicial e a posterior leve queda no percentual de mulheres em cargos gerenciais em Abaetetuba sugerem que, embora haja avanços no empoderamento feminino no mercado de trabalho, ainda existem desafios para garantir a manutenção e a ampliação dessas conquistas. A criação de políticas específicas de incentivo à liderança feminina, programas de formação e apoio à carreira de mulheres, e combate a práticas discriminatórias são fundamentais para consolidar e expandir a presença feminina em posições estratégicas de poder no município (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Abaetetuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 44,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta foi alcançada.



ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

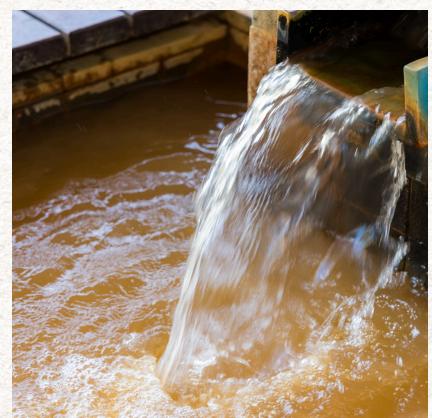
Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

O percentual da população de baixa renda com acesso à coleta de esgoto em Abaetetuba manteve-se extremamente baixo durante todo o período de 2019 a 2023, variando muito pouco e permanecendo abaixo de 1%. Especificamente, a taxa partiu de 0,8% em 2019 e chegou a apenas 0,9% em 2023, revelando uma situação praticamente inalterada. Esse cenário indica que, no município, a ampliação dos serviços de esgotamento sanitário não contemplou de maneira significativa a população de baixa renda, reforçando as desigualdades no acesso a condições mínimas de saneamento (Gráfico 11).

Na comparação com a Região de Integração Tocantins e com o estado do Pará, ABAETETUBA se destaca negativamente. A RI Tocantins, embora também apresente índices muito baixos, mostrou uma leve melhora de 1,2% para 1,4% no mesmo intervalo. Já o Pará como um todo apresentou crescimento contínuo e mais expressivo, saindo de 7% em 2019 para 11,5% em 2023, sinalizando esforços de expansão do saneamento em nível estadual que não foram acompanhados da mesma forma em ABAETETUBA.

Essa disparidade é preocupante, pois compromete o enfrentamento das condições insalubres nas áreas mais vulneráveis do município (Gráfico 11).

O fato de praticamente não haver avanço na coleta de esgoto para a população de baixa renda em ABAETETUBA entre 2019 e 2023 reforça a urgência de ações específicas e robustas de inclusão sanitária. Melhorar a infraestrutura de esgotamento para essa parcela da população é fundamental para promover saúde pública, redu-

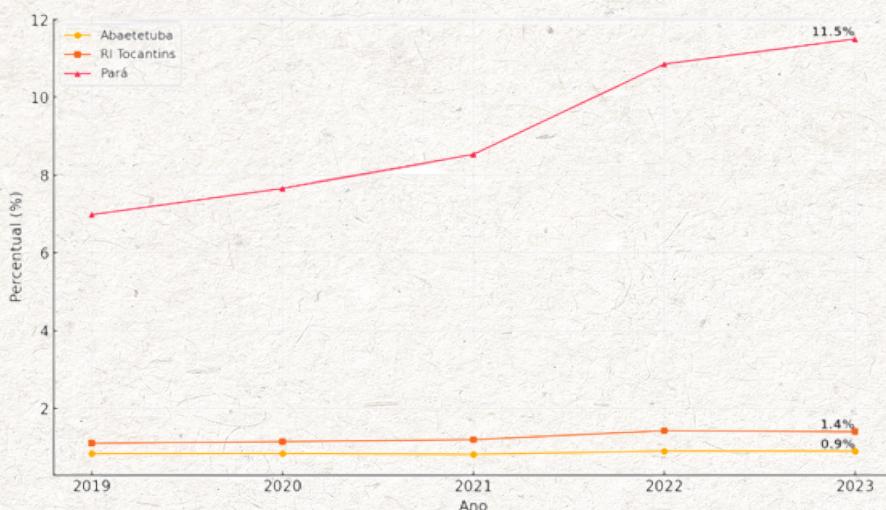


rir doenças de veiculação hídrica e melhorar a qualidade de vida.

A continuidade desse quadro, caso não revertida, poderá perpetuar ciclos de pobreza, exclusão social e impactos ambientais no município (Gráfico 11).



Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Abaetetuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

A evolução do gasto municipal per capita com saneamento básico em Abaetetuba mostra uma tendência de forte retração entre 2019 e 2023. O município iniciou 2019 com um gasto de aproximadamente R\$ 27 por habitante, manteve um patamar similar em 2020, mas a partir de 2021 começou uma trajetória de queda acentuada, atingindo valores praticamente nulos em 2022 e 2023. Este movimento aponta para a redução quase total dos investimentos municipais diretos em saneamento, o que ajuda a explicar a estagnação nos indicadores de acesso à coleta de esgoto, especialmente entre a população de baixa renda (Gráfico 12).

Em contrapartida, a Região de Integração Tocantins apresentou um comportamento distinto: apesar de uma queda até

2021, houve uma recuperação nos anos seguintes, alcançando um gasto de cerca de R\$ 27 per capita em 2023.

Já o estado do Pará exibiu uma trajetória de crescimento mais robusto, saindo de cerca de R\$ 80 em 2019 para R\$ 137 em 2023, ainda que com oscilações intermediárias. Esse contraste evidencia que, enquanto esforços de investimento em saneamento foram intensificados no âmbito estadual e regional, Abaetetuba seguiu caminho oposto, agravando sua defasagem (Gráfico 12).

O desinvestimento progressivo de Abaetetuba no setor de saneamento básico é alarmante e tem implicações diretas na qualidade de vida da população, na saúde pública e na sustentabilidade urbana. Sem gastos consistentes e planeja-

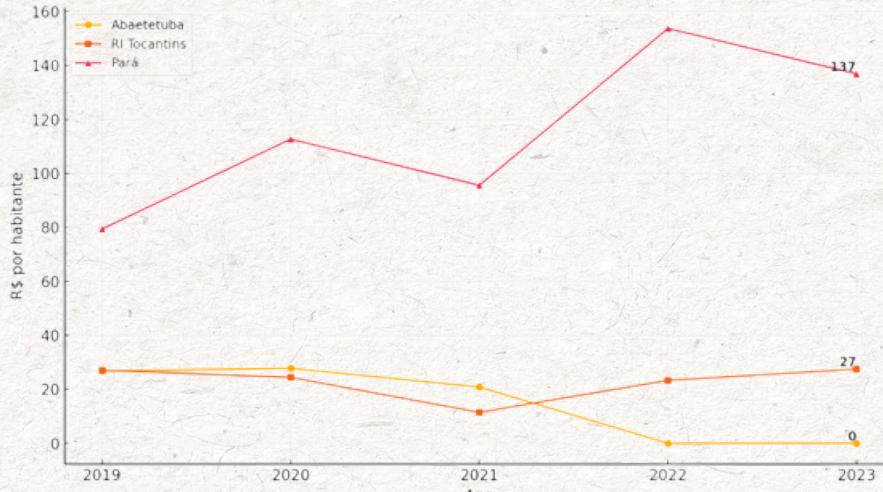
dos, é improvável que o município consiga reverter os indicadores negativos de coleta de esgoto ou ampliar o acesso aos serviços básicos.

Além disso, a ausência de investimentos nessa área estratégica poderá gerar custos sociais e econômicos ainda maiores no futuro, exigindo uma revisão urgente das prioridades orçamentárias municipais (Gráfico 12).





Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Abaetetuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 0/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)



Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

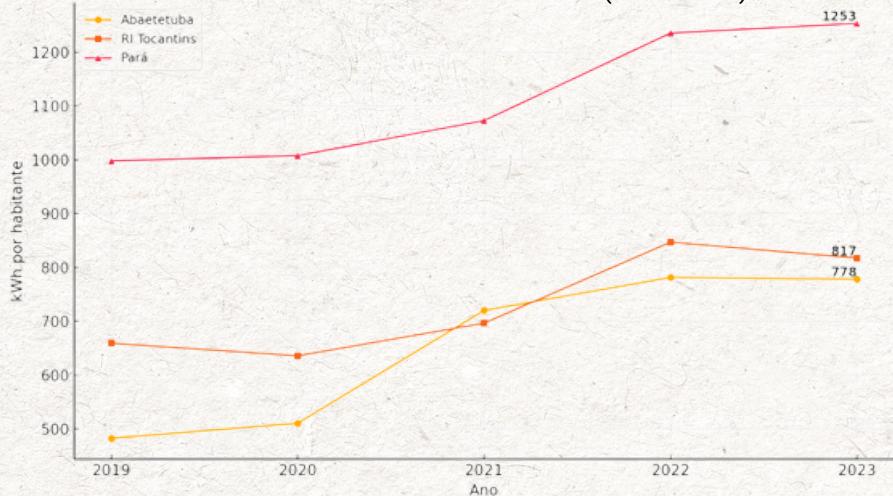
Entre 2019 e 2023, o consumo de energia elétrica per capita em Abaetetuba apresentou crescimento expressivo, saindo de aproximadamente 483 kWh/hab. em 2019 para cerca de 778 kWh/hab. em 2023. O aumento mais significativo ocorreu entre 2020 e 2021, quando o município ultrapassou pela primeira vez o patamar da Região de Integração Tocantins, refletindo melhorias no acesso à energia e/ou expansão do consumo residencial e comercial. Em 2022, houve novo crescimento, embora o consumo tenha se estabilizado em 2023, indicando possível maturação do processo de expansão elétrica (Gráfico 13).



A Região de Integração Tocantins também apresentou crescimento, mas de maneira mais intensa a partir de 2021, alcançando 817 kWh/hab. em 2023, ligeiramente acima de Abaetetuba. Já o estado do Pará manteve patamares de consumo bem mais elevados durante todo o período, saltando de cerca de 1.000 kWh/hab. em 2019 para 1.253 kWh/hab. em 2023, indicando que, embora o município tenha melhorado, ainda está distante da média estadual em termos de consumo energético. Essa diferença pode refletir tanto a dimensão urbana-industrial de outras localidades quanto desigualdades no acesso pleno à energia (Gráfico 13).

A evolução em Abaetetuba é positiva, pois sugere avanços na infraestrutura elétrica e aumento do acesso da população a serviços essenciais que demandam energia. Entretanto, a estagnação observada em 2023 indica que novos investimentos podem ser necessários para garantir a continuidade da expansão, especialmente em áreas rurais e entre populações de baixa renda. Manter o crescimento sustentável do consumo elétrico, aliado a medidas de eficiência energética, será essencial para impulsionar o desenvolvimento econômico e a qualidade de vida no município (Gráfico 13).

**Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.),
Abaetetuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)**



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 778 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

O percentual de domicílios de baixa renda utilizando iluminação fóssil em Abaetetuba apresentou trajetória contínua de queda entre 2019 e 2023. Em 2019, cerca de 7,3% desses domicílios ainda dependiam de alternativas como lamparinas a querosene ou velas, mas esse número reduziu-se progressivamente até atingir 5,1% em 2023. Essa diminuição constante é um forte indicativo de expansão do acesso à rede elétrica formal e de melhoria nas condições habitacionais básicas da população de baixa renda (Gráfico 14).

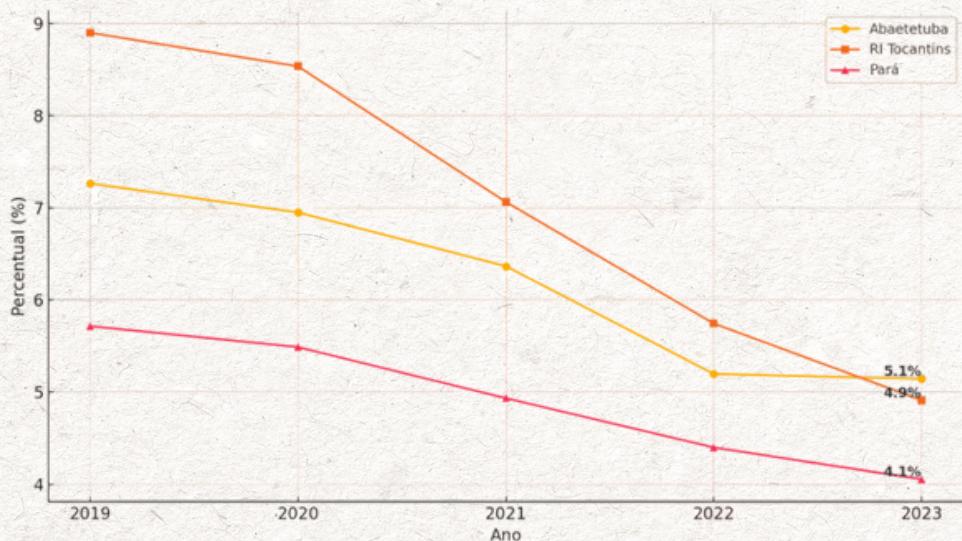


Comparativamente, a Região de Integração Tocantins, que apresentava inicialmente níveis ainda mais elevados de uso de iluminação fóssil (8,9% em 2019), também reduziu seu percentual de forma consistente, atingindo 4,9% em 2023, superando ligeiramente Abaetetuba em termos de melhora relativa. Já o estado do Pará manteve percentuais mais baixos durante todo o período, caindo de 5,8% para 4,1% em 2023. Esse cenário aponta para um processo de convergência regional em torno de melhores padrões de acesso à energia elétrica, embora desigualdades ainda persistam (Gráfico 14).

A redução no uso de iluminação fóssil em Abaetetuba é uma conquista importante para o município, pois o acesso à energia elétrica segura é crucial para a melhoria da qualidade de vida, segurança doméstica e oportunidades educacionais. No entanto, o fato de 5% da população de baixa renda ainda depender de fontes precárias de iluminação demonstra que a universalização do serviço ainda não foi plenamente alcançada. Será fundamental intensificar programas de eletrificação rural e urbana para erradicar completamente essa forma de exclusão energética no município (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Abaetetuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

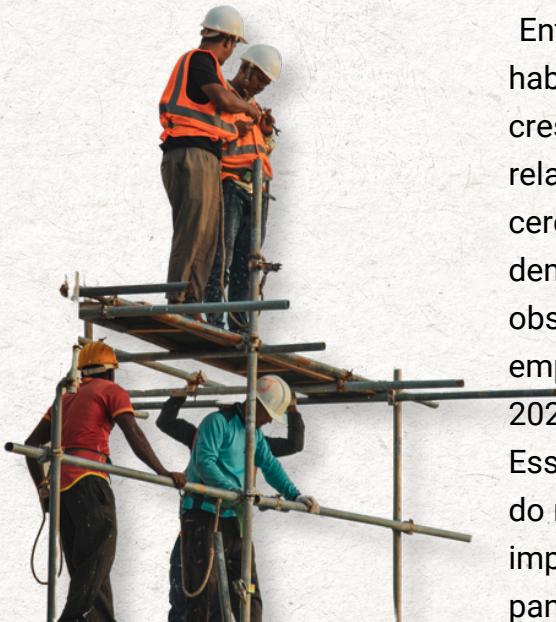


ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



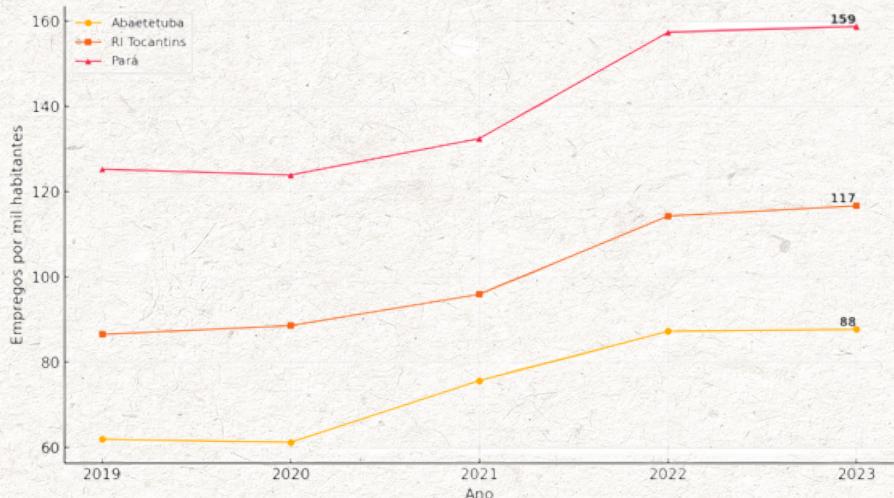
Empregos Formais por Mil Habitantes

Quando comparado à Região de Integração Tocantins e ao estado do Pará, Abaetetuba ainda se posiciona em níveis inferiores. A RI Tocantins partiu de um patamar superior em 2019 (87 empregos por mil habitantes) e, mantendo uma tendência de crescimento constante, atingiu 117 empregos por mil habitantes em 2023. O estado do Pará apresentou os melhores desempenhos relativos: partiu de 126 empregos em 2019, e cresceu de maneira expressiva para 159 em 2023, refletindo dinâmicas mais robustas de formalização e ampliação de vagas no mercado estadual. Isso indica que, embora Abaetetuba esteja melhorando, a distância em relação aos níveis regionais e estaduais ainda é significativa (Gráfico 15).



O crescimento dos empregos formais em Abaetetuba é um dado bastante positivo, pois a ampliação da formalização do trabalho é fundamental para garantir melhores condições salariais, proteção social e estabilidade para os trabalhadores. No entanto, o fato de o município ainda apresentar uma densidade de empregos formais menor que seus comparativos apontam para a necessidade de políticas mais incisivas de atração de investimentos, estímulo ao empreendedorismo, capacitação da mão de obra e fortalecimento de setores econômicos estratégicos que possam sustentar o crescimento do mercado formal no longo prazo (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Abaetetuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 88 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita

Entre 2018 e 2022, o PIB per capita de Abaetetuba apresentou uma trajetória de crescimento gradual, mas ainda mantendo-se em níveis significativamente inferiores aos da Região de Integração Tocantins e do estado do Pará. Em 2018, o município registrava cerca de R\$ 9.000 por habitante, avançando para R\$ 10.400 em 2020, R\$ 12.200 em 2021 e alcançando R\$ 12.705 em 2022. Embora o crescimento percentual tenha sido positivo, o ritmo foi mais lento do que nos territórios de comparação, sugerindo a expansão econô-



mica municipal, embora real, não acompanhou plenamente a dinâmica estadual e regional (Gráfico 16).

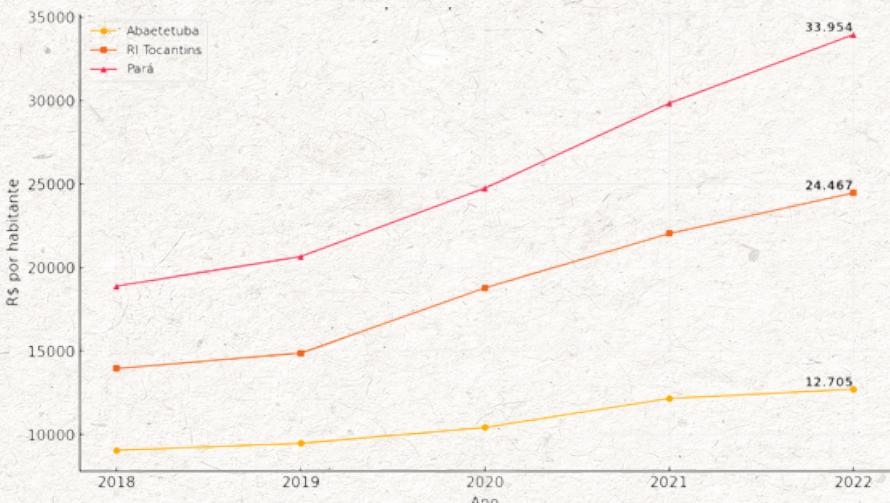
Na Região de Integração Tocantins, o PIB per capita passou de aproximadamente R\$ 14.000 em 2018 para R\$ 24.467 em 2022, demonstran-

do um crescimento mais acelerado, possivelmente alavancado por setores específicos de maior valor agregado. Já o estado do Pará mostrou a evolução mais expressiva, saltando de R\$ 19.000 para R\$ 33.954 no mesmo período, refletindo o impacto do crescimento das atividades extractivas minerais, industriais e agrícolas em algumas áreas estratégicas do estado. Em comparação, o desempenho de Abaetetuba revela uma dependência econômica ainda limitada em setores dinâmicos (Gráfico 16).



Apesar do crescimento registrado, a baixa renda per capita de Abaetetuba reforça a necessidade de políticas de diversificação econômica, estímulo ao empreendedorismo local, fortalecimento da infraestrutura e incentivo a cadeias produtivas mais sofisticadas. Para garantir um crescimento mais inclusivo e sustentável, será fundamental desenvolver setores que possam agregar maior valor econômico e gerar empregos qualificados, elevando assim a capacidade de geração de riqueza do município em bases mais sólidas (Gráfico 16).

Gráfico 16 - PIB per capita, Abaetetuba x RI Tocantins x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 12.705/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiental.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.



Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



O valor adicionado da indústria como percentual do PIB em Abaetetuba manteve-se muito baixo e em queda contínua entre 2018 e 2022. Partindo de um já modesto 4,6% em 2018, o indicador caiu para 3,6% em 2022, evidenciando a baixa relevância da atividade industrial na estrutura econômica do município. Esse comportamento indica que o crescimento econômico registrado no PIB per capita local não teve base no fortalecimento do setor industrial, mas provavelmente esteve relacionado a serviços, comércio e atividades de menor valor agregado (Gráfico 17).

Em contraste, a Região de In-

tegração Tocantins registrou evolução positiva, subindo de cerca de 19,8% em 2018 para 29,2% em 2022, o que demonstra uma crescente participação da indústria na geração de riqueza regional. O estado do Pará, ainda mais destacado, elevou o valor adicionado industrial de 28,3% para 45,0% no mesmo período, reforçando o peso da mineração, da indústria de transformação e da construção civil como motores da economia estadual. Essa comparação reforça a condição de vulnerabilidade industrial de Abaetetuba no contexto regional e estadual (Gráfico 17).

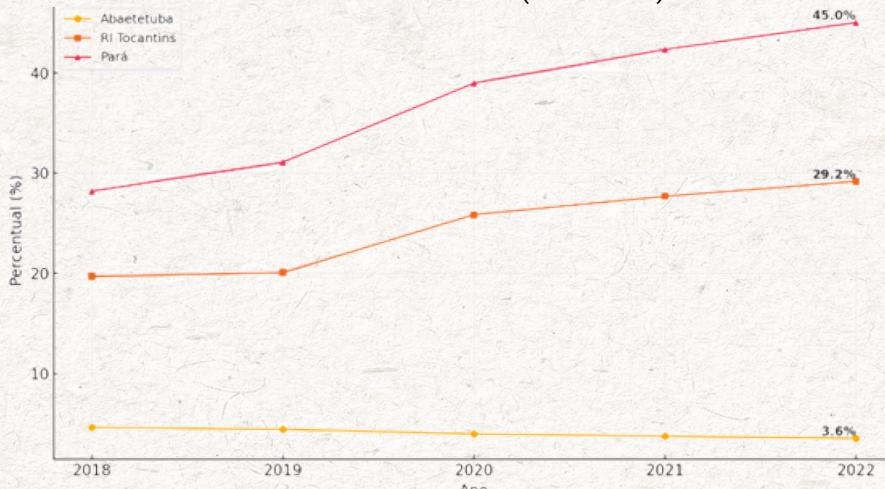
A baixa participação indus-

trial no PIB de Abaetetuba representa um desafio estratégico para o município. Sem uma base industrial mais robusta, a economia local tende a ficar mais sujeita a oscilações do setor de serviços e comércio, e limita sua capacidade de gerar empregos de maior qualificação e melhores salários. Assim, o fortalecimento da indústria, especialmente por meio de polos agroindustriais, indústrias de transformação de pequeno porte e investimentos em infraestrutura logística, é fundamental para tornar o desenvolvimento econômico de Abaetetuba mais dinâmico e sustentável nos médio e longo prazos (Gráfico 17).





Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Abaetetuba x RI Tocantins x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

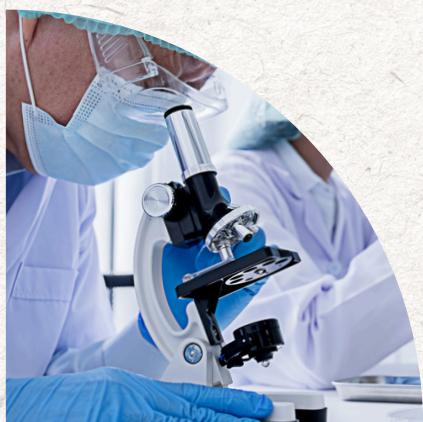
Entre 2019 e 2023, o número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes em Abaetetuba apresentou uma tendência geral de crescimento moderado. Em 2019, o município registrava cerca de 12,8 profissionais por 100 mil habitantes, com pequena queda para 12,5 em 2020. A partir de 2021, o indicador retomou a trajetória de alta, atingindo 14,3 em 2021, 15 em 2022, e ligeira re-



dução para 14 em 2023. Apesar da pequena queda no último ano, o saldo geral é positivo, indicando um fortalecimento gradual da base de profissionais qualificados em ciência e tecnologia no município (Gráfico 18). Na comparação com a Região de Integra-

ção Tocantins e o estado do Pará, Abaetetuba apresenta um comportamento intermediário.

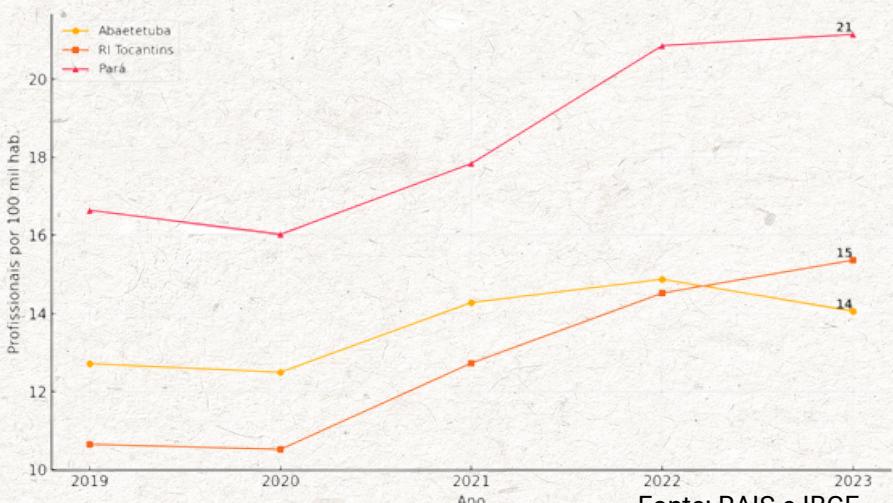
A RI Tocantins iniciou o período com valores inferiores, mas conseguiu ultrapassar Abaetetuba em 2023, atingindo 15 profissionais por 100 mil habitantes. Já o estado do Pará registrou evolução mais robusta, saindo de cerca de 16,7 em 2019 para 21 profissionais por 100 mil habitantes em 2023. Essa diferença revela que, embora Abaetetuba tenha melhorado seu quadro de profissionais da ciência, o ritmo de crescimento ainda é insuficiente para acompanhar a dinâmica estadual e regional mais ampla (Gráfico 18).





A evolução observada em Abaetetuba é importante porque a presença de profissionais da ciência está diretamente relacionada à capacidade de inovação, desenvolvimento tecnológico e melhoria de políticas públicas locais. Para consolidar e acelerar essa tendência, será essencial fortalecer programas de formação superior, ampliar bolsas de pesquisa, estimular parcerias entre universidades e o setor produtivo, além de criar condições para a fixação de talentos científicos no município. Sem esses esforços, o risco é que a expansão inicial perca fôlego e a cidade não consiga se inserir plenamente na nova economia baseada no conhecimento (Gráfico 18).

Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Abaetetuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 14 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reducir a desigualdade dentro dos países e entre eles





Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Entre 2019 e 2022, a massa salarial dos vínculos formais como percentual do PIB em Abaetetuba apresentou um comportamento de estabilidade nos primeiros anos, seguida de uma leve elevação em 2022. De 2019 a 2021, o percentual manteve-se praticamente constante, levemente acima de 1,3% do PIB, o que indicava uma relação estável entre a geração de salários formais e o crescimento econômico local. No entanto, em 2022, houve um pequeno salto, atingindo 1,7%, evidenciando um aumento na participação dos rendimentos formais dentro da economia do município, possivelmente impulsionado por expansão do emprego formal ou elevação dos salários (Gráfico 19).

Comparando com a Região de Integração Tocantins, Abaetetuba mostrou desempenho superior na maior parte do período analisado. A RI Tocantins registrou queda de 1,29% em 2019 para apenas 1,01% em 2021, antes de se recuperar para 1,4% em 2022, ainda abaixo do resultado de Abaetetuba. Já o estado do Pará iniciou 2019 em patamar superior (1,61%), mas enfrentou queda até 2021, chegando a 1,26%, e depois também apresentou forte recuperação para 1,7% em 2022, igualando-se a Abaetetuba. Esse movimento convergente sugere que, em 2022, houve uma retomada generalizada da força de trabalho formal na economia paraense (Gráfico 19).

A evolução recente da mas-

sa salarial formal em Abaetetuba é um indicativo bastante positivo, pois representa não apenas crescimento econômico, mas também uma melhor distribuição da renda gerada em bases formais, o que contribui para maior segurança trabalhista e dinamismo do consumo local. Para consolidar essa tendência, será fundamental continuar estimulando a geração de empregos formais de qualidade, investindo na capacitação da força de trabalho e promovendo setores produtivos capazes de sustentar salários competitivos em um ambiente econômico diversificado e resiliente (Gráfico 19).

**Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB),
Abaetetuba x RI Tocantins x Pará (2019-2022)**



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Acesso à Telefonia Móvel

O acesso à telefonia móvel em Abaetetuba apresentou crescimento contínuo entre 2019 e 2021, passando de aproximadamente 58 para 78 linhas por 100 habitantes. Esse avanço expressivo nesse intervalo reflete uma melhoria na cobertura e no acesso da população à comunicação móvel, acompanhando a tendência de digitalização dos serviços e das interações sociais. Em 2022, porém, houve uma leve queda para 71 linhas por 100 habitantes, indicando uma possível saturação de mercado ou efeitos transitórios relacionados à capacidade de pagamento das famílias, mas a recuperação parcial em 2023, com 76 linhas, reforça a retomada da expansão (Gráfico 20).

Comparativamente, a Região de Integração Tocantins também registrou crescimento, ainda que de maneira mais gradual, subindo de 38 linhas em 2019 para 67 linhas em 2023. Já o estado do Pará manteve-se em patamares superiores ao longo de todo o período, partindo de cerca de 80 linhas em 2019 para 90 linhas em 2023, demonstrando que, apesar dos avanços em Abaetetuba, o município ainda permanece abaixo da média estadual. Essa diferença sugere que há espaço para expansão adicional em Abaetetuba, principalmente com políticas que estimulem o acesso em áreas rurais e populações de baixa renda (Gráfico 20).

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

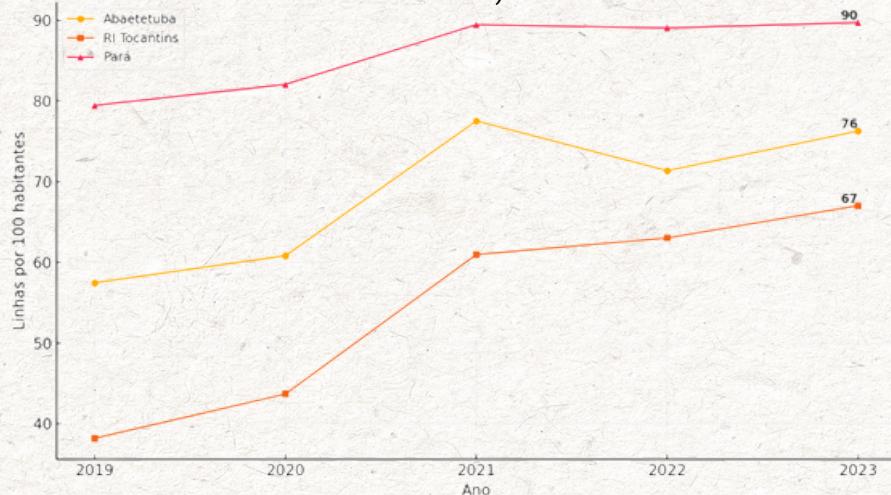
Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.





O avanço no acesso à telefonia móvel em Abaetetuba é extremamente relevante, pois a conectividade é hoje um fator essencial para a inclusão social, acesso à educação, oportunidades econômicas e participação cidadã. Manter a expansão do acesso – e sobretudo a qualidade das redes móveis – é um passo fundamental para fortalecer a integração do município às dinâmicas econômicas contemporâneas baseadas em informação e comunicação. Além disso, deve-se atentar para estratégias de inclusão digital para garantir que os benefícios da expansão da telefonia alcancem também as populações mais vulneráveis (Gráfico 20).

Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Abaetetuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 76 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

O comportamento da despesa pública per capita com cultura e gestão ambiental em Abaetetuba variou de forma significativa ao longo do período analisado. Em 2019, o valor era de cerca de R\$ 18 por habitante, mas caiu para R\$ 13 em 2020, possivelmente refletindo ajustes orçamentários em função da pandemia de COVID-19. A partir de 2021, iniciou-se uma trajetória de crescimento expressivo, chegando a R\$ 22 naquele ano, R\$ 39 em 2022 e R\$ 46 em 2023, o que demonstra um esforço mais recente de fortalecimento dos investimentos nessas áreas estratégicas para a qualidade de vida urbana e preservação ambiental (Gráfico 21).

A Região de Integração To-

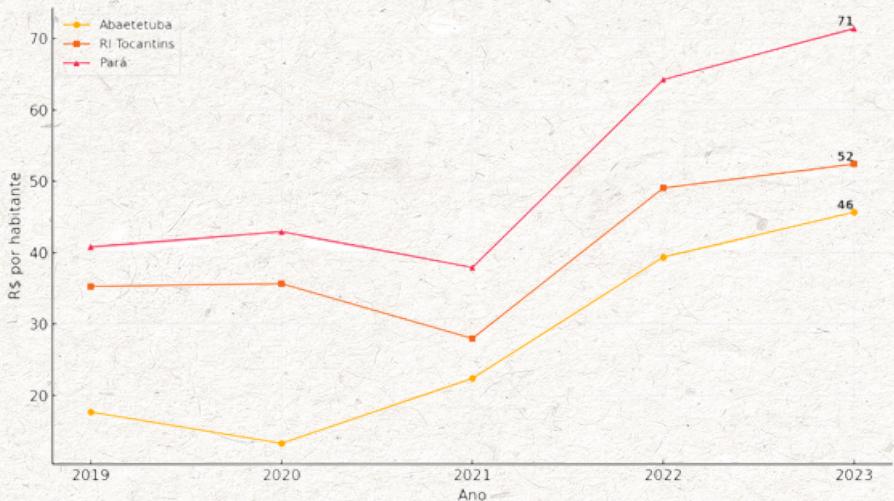
cantins e o estado do Pará apresentaram comportamentos semelhantes, embora em patamares superiores. A RI Tocantins partiu de R\$ 35 em 2019, sofreu uma queda em 2021 para R\$ 28, mas se recuperou para R\$ 52 em 2023. O estado do Pará, por sua vez, iniciou com R\$ 41 e atingiu R\$ 71 em 2023, indicando investimentos crescentes em cultura e meio ambiente em todo o estado. Apesar da melhora em Abaetetuba, o município ainda se mantém abaixo dos níveis regional e estadual, mostrando que, embora em expansão, os investimentos locais ainda têm margem para ampliação (Gráfico 21).

O aumento recente da despesa pública per capita com

cultura e gestão ambiental em Abaetetuba é um sinal positivo para o desenvolvimento sustentável e a promoção da cidadania cultural no município. Investir nessas áreas fortalece a identidade local, estimula a economia criativa e promove a conservação ambiental, fatores fundamentais para a qualidade de vida e a resiliência urbana. Para consolidar esses avanços, será importante manter a trajetória de crescimento dos investimentos, ampliar a participação social na definição das prioridades culturais e ambientais e buscar parcerias com organizações civis e privadas para potencializar os resultados (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Abaetetuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 46/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 93/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.





Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

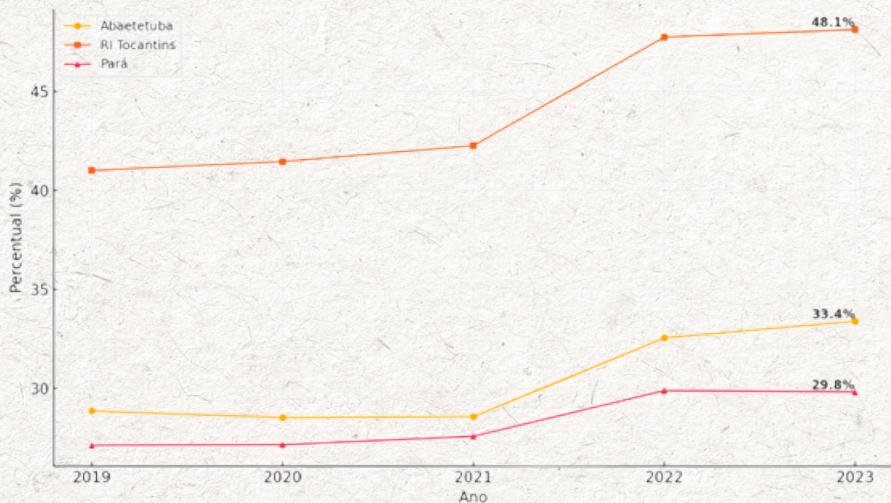
Entre 2019 e 2023, o percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram lixo em Abaetetuba apresentou uma tendência de crescimento. O indicador partiu de 28,8% em 2019, manteve-se praticamente estável até 2021, e passou a crescer de maneira mais expressiva a partir de 2022, atingindo 33,4% em 2023. Esse aumento revela uma piora nas condições de manejo de resíduos entre a população mais vulnerável, sugerindo dificuldades no acesso a serviços regulares de coleta de lixo e agravamento das práticas inadequadas de descarte, com riscos ambientais e sanitários associados (Gráfico 22).

Comparativamente, a Região de Integração Tocantins apresentou percentuais superiores durante todo o período, crescendo de 41,0% em 2019 para 48,1% em 2023, o que evidencia que o problema é ainda mais grave em nível regional. O estado do Pará também viu um crescimento, mas em patamares mais baixos: partiu de cerca de 27% em 2019 e chegou a 29,8% em 2023. Assim, Abaetetuba, que inicialmente estava próxima da média estadual, acabou se distanciando negativamente, posicionando-se entre os municípios com piora mais acentuada nesse indicador (Gráfico 22).

O avanço no percentual de pessoas que queimam ou en-

terram lixo em Abaetetuba é preocupante e indica a necessidade urgente de políticas públicas de ampliação da cobertura de coleta de resíduos sólidos e programas de educação ambiental voltados à população de baixa renda. A implementação de soluções comunitárias, como coleta seletiva e pontos de entrega voluntária, combinadas com campanhas educativas, pode ajudar a reverter essa tendência e minimizar os impactos sobre a saúde pública e o meio ambiente local (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Abaetetuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 33,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



População de Baixa Renda com fossa rudimentar

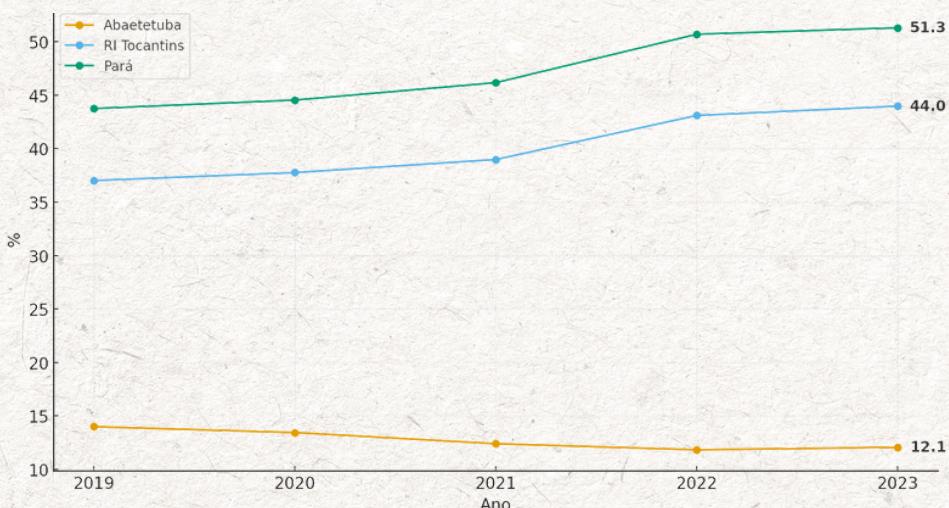
No município de Abaetetuba, o percentual de população de baixa renda com fossa rudimentar apresentou redução contínua no período de 2019 a 2023. Em 2019 o índice era de 14,0%, caindo para 13,5% em 2020 e 12,5% em 2021, chegando a 12,0% em 2022 e estabilizando em 12,1% em 2023. Essa trajetória revela uma leve, porém consistente melhora nas condições sanitárias, provavelmente associada a políticas locais de ampliação do saneamento básico e substituição de fossas precárias por alternativas mais adequadas. Apesar disso, o ritmo de

redução foi modesto, sugerindo limitações na capacidade de investimento e na cobertura das áreas periféricas do município (Gráfico 23).

A Região de Integração Tocantins, que abrange Abaetetuba, apresentou um comportamento distinto, com crescimento gradual do indicador. O percentual passou de 37,0% em 2019 para 38,0% em 2020, 39,0% em 2021 e 43,5% em 2022, alcançando 44,0% em 2023. O aumento evidencia desigualdade intrarregional, pois o avanço urbano de municípios mais dinâmicos não compensou a carência estrutural

dos menores. Já o Pará registrou trajetória ascendente, saindo de 44,0% em 2019 para 45,0% em 2020, 46,2% em 2021, 50,8% em 2022 e 51,3% em 2023. O dado reflete um quadro persistente de vulnerabilidade sanitária, marcado por disparidades territoriais e pela lenta expansão do saneamento em áreas rurais e periferias urbanas (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Abaetetuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 12,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima).

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

Gastos per capita com prevenção de desastres



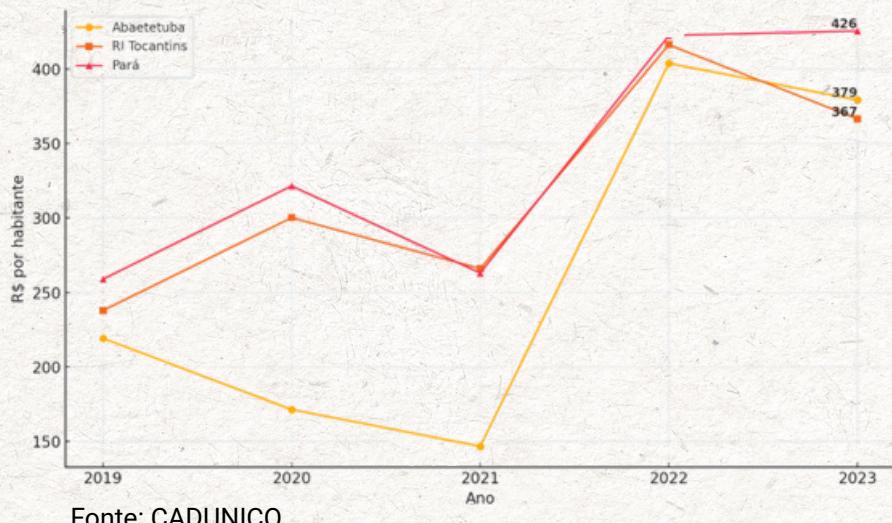
O comportamento dos gastos per capita com prevenção de desastres em Abaetetuba apresentou fortes oscilações no período de 2019 a 2023. O município iniciou o período com R\$ 220 por habitante em 2019, mas registrou quedas consecutivas em 2020 (R\$ 172) e 2021 (R\$ 145), evidenciando uma redução dos investimentos em ações preventivas. Em 2022, houve um aumento significativo, elevando o gasto para cerca de R\$ 405 por habitante, seguido de uma leve redução para R\$ 379 em 2023, mantendo, ainda assim, patamar elevado em comparação ao início da série (Gráfico 24).

Em comparação à Região de Integração Tocantins e ao estado do Pará, Abaetetuba apresentou comportamento semelhante, mas partindo de níveis inferiores. A RI Tocantins saiu de R\$ 236 em 2019 para R\$ 367 em 2023, enquanto o Pará saltou de R\$ 259 para R\$ 426 no mesmo intervalo. Embora Abaetetuba tenha conseguido aproximar seu nível de gasto do regional e estadual a partir de 2022, seu histórico de investimentos mais baixos sugere que, até recentemente, a prevenção de desastres não ocupava papel prioritário nas políticas públicas locais (Gráfico 24).



O crescimento recente nos gastos é um movimento positivo, pois reforça a importância da prevenção de riscos como enchentes, deslizamentos e outros eventos climáticos extremos, cada vez mais frequentes. Contudo, a tendência precisa ser mantida de forma estável e planejada para consolidar uma infraestrutura de resiliência urbana e rural eficaz. Além dos investimentos, é fundamental integrar as ações de prevenção a planos de gestão de riscos e políticas ambientais de longo prazo para garantir a segurança da população e a redução de danos futuros (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Abaetetuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 379/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS14 VIDA NA ÁGUA

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

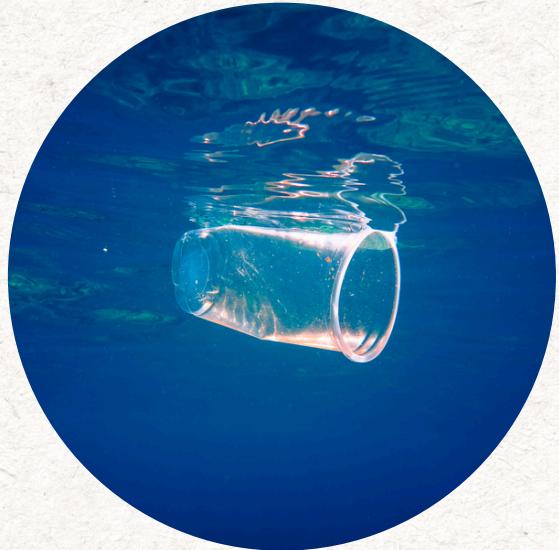
Despesa per capita com preservação aquática

A despesa pública per capita com preservação aquática em Abaetetuba também apresentou oscilações significativas no período de 2019 a 2023. O município iniciou 2019 com cerca de R\$ 354 por habitante, elevando os gastos para R\$ 450 em 2020 e R\$ 478 em 2021, o que indica uma valorização crescente da proteção dos corpos hídricos. Em 2022, porém, houve uma forte redução para R\$ 272, sinalizando possível redirecionamento de recursos ou perda de prioridade, antes de se recuperar em 2023 para R\$ 491, o maior valor da série histórica (Gráfico 25).

Em relação à Região de Integração Tocantins, Abaetetuba manteve investimentos consideravelmente inferiores ao longo de todo o período. A RI Tocantins partiu de R\$ 615 em 2019 e alcançou R\$ 876 em 2023, evidenciando um esforço mais consistente e elevado em termos de preservação aquática. Já o estado do Pará apresentou um comportamento mais modesto, com valores que oscilaram de R\$ 184 para R\$ 287 no mesmo intervalo. Dessa forma, Abaetetuba

posiciona-se acima da média estadual, mas bem abaixo do nível regional, sugerindo que há espaço para fortalecimento (Gráfico 25).

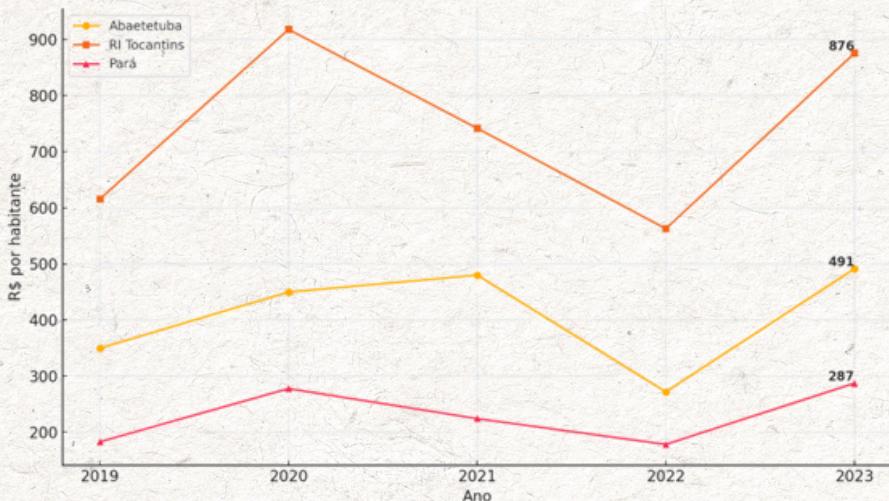
Os investimentos em preservação aquática são estratégicos para Abaetetuba, dado seu contexto geográfico e socioambiental associado a rios e áreas de várzea. A retomada dos investimentos em 2023 é um sinal alentador, mas é fundamental que essa tendência seja consolidada por meio de políticas permanentes, como





programas de proteção de recursos hídricos, controle de poluição e recuperação de áreas degradadas. A gestão sustentável da água é vital não apenas para a preservação ambiental, mas também para a segurança hídrica e a qualidade de vida da população local (Gráfico 25).

Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Abaetetuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 491/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.



Percentual da Área de Floresta em relação à área total

Entre 2019 e 2023, o percentual da área de floresta em relação à área total em Abaetetuba mostrou uma tendência de redução. Em 2019, o município registrava cerca de 30,6% de seu território coberto por floresta, percentual que se manteve estável até 2021. No entanto, a partir de 2022 houve uma queda mais expressiva, chegando a 27,6% em 2022 e permanecendo nesse patamar em 2023. Essa diminuição da cobertura florestal sugere um avanço das atividades humanas sobre áreas naturais, o que pode estar associado à expansão urbana, agrícola ou a práticas ilegais de uso da terra. (Gráfico 26).

Na comparação com a Região de Integração Tocantins e com o estado do Pará, percebe-se que Abaetetuba apresenta um percentual de floresta

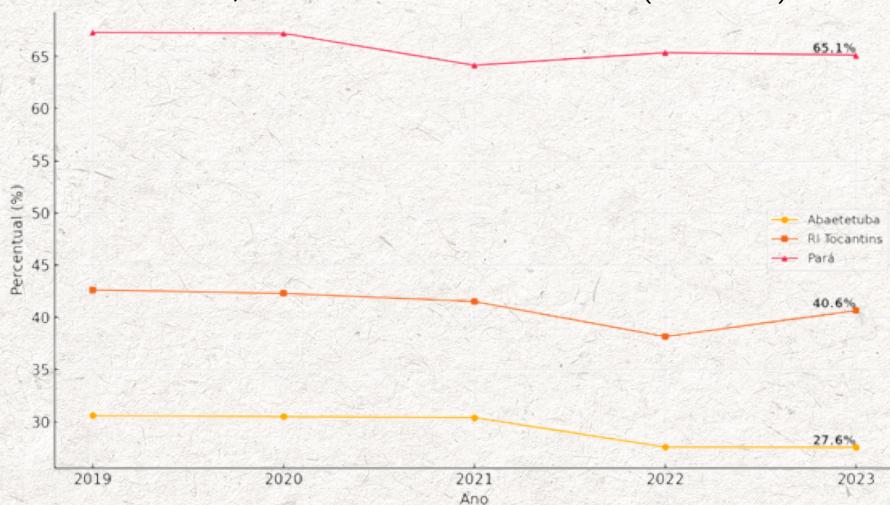
consideravelmente menor. A RI Tocantins registrou variações de 42,7% em 2019 para 40,6% em 2023, enquanto o Pará manteve percentuais muito superiores, oscilando de 66,9% para 65,1% no mesmo intervalo. Essa diferença estrutural indica que Abaetetuba já possui uma base territorial bastante alterada em relação

ao contexto estadual, o que torna ainda mais preocupante a continuidade da perda florestal no município (Gráfico 26).

A redução da área de floresta em Abaetetuba exige atenção urgente das políticas públicas ambientais. A manutenção e a recuperação da cobertura florestal são fundamentais não apenas para a conservação da biodiversidade, mas também para a regulação climática, proteção dos recursos hídricos e mitigação de desastres naturais. Investimentos em reflorestamento, regularização fundiária sustentável e estímulo a práticas econômicas de baixo impacto, como sistemas agroflorestais, podem ser alternativas importantes para reverter essa tendência de degradação ambiental (Gráfico 26).



Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Abaetetuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 27,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Percentual da Área Desmatada em relação à área total

De 2019 a 2023, o percentual da área desmatada em relação à área total em Abaetetuba permaneceu relativamente estável, com pequenas oscilações. Em 2019, o indicador apontava aproximadamente 43,5%, subindo levemente para 43,7% em 2023. Essa estabilidade, embora possa ser interpretada como ausência de grandes avanços negativos, também reflete uma situação crítica: quase metade da área total do município já está desmatada, limitando a capacidade de recuperação ambiental e exigindo esforços robustos de conservação e recuperação de áreas degradadas (Gráfico 27).

Em comparação, a Região de Integração Tocantins apresentou um comportamento semelhante, com variações em torno de 44%, caindo para cerca de 40% em 2022 e voltando

a subir para 45,6% em 2023.

Já o estado do Pará, mesmo enfrentando desafios conhecidos de desmatamento, manteve percentuais muito inferiores, partindo de 21,8% em 2019 para 23,2% em 2023. Esse contraste reforça que Abaetetuba e sua região de integração estão em situação ambiental mais crítica do que a média estadual, com maior pressão sobre o uso da terra (Gráfico 27).

A persistência de um alto percentual de área desmatada em Abaetetuba evidencia a urgência de políticas públicas voltadas à restauração florestal, à implementação de práticas sustentáveis de uso do solo e ao fortalecimento da fiscalização ambiental. Sem uma mudança de trajetória, os efeitos do desmatamento – como perda de biodiversidade,

cos e aumento da vulnerabilidade a eventos climáticos extremos – tenderão a se agravar, comprometendo o desenvolvimento sustentável do município e a qualidade de vida de sua população (Gráfico 27).

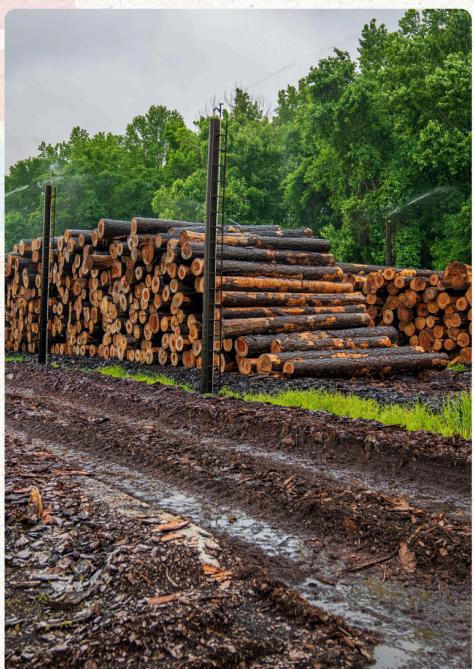
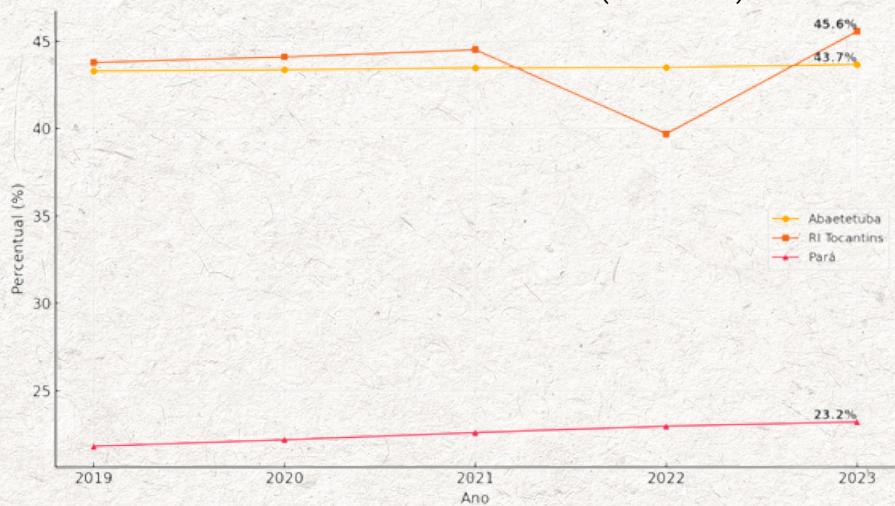


Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Abaetetuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 43,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

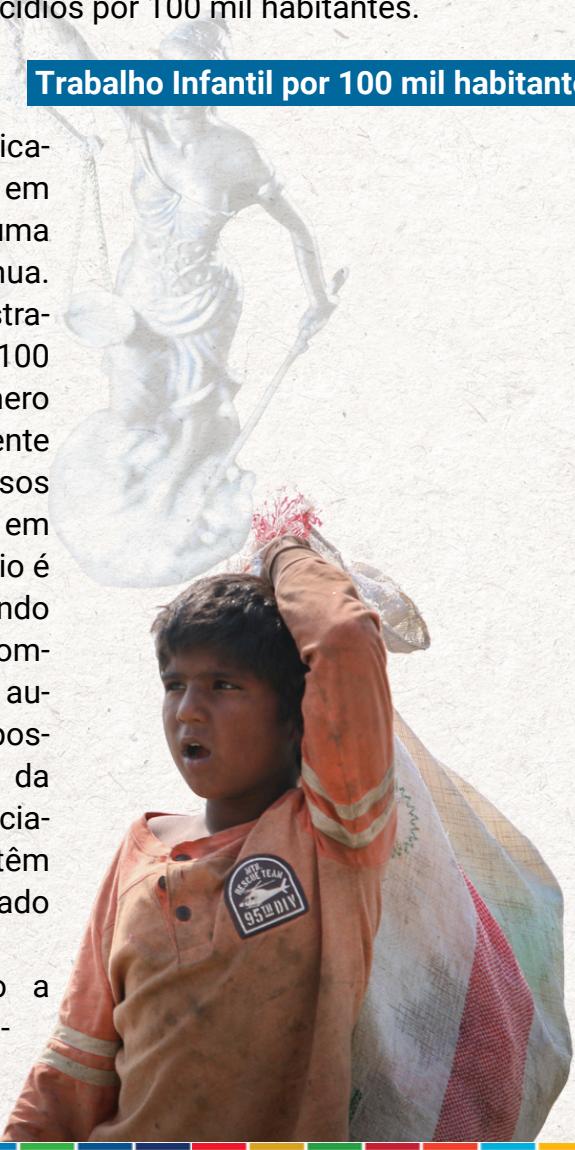
Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Entre 2019 e 2023, o indicador de trabalho infantil em Abaetetuba apresentou uma queda expressiva e contínua. Em 2019, o município registrava cerca de 296 casos por 100 mil habitantes, e este número foi reduzido progressivamente ano a ano, até atingir 80 casos por 100 mil habitantes em 2023. A tendência de declínio é clara e consistente, refletindo avanços nas políticas de combate ao trabalho infantil, aumento da fiscalização e possivelmente maior adesão da população a programas sociais e educacionais que mantêm as crianças longe do mercado de trabalho (Gráfico 28).

Comparativamente, tanto a Região de Integração Tocan-

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

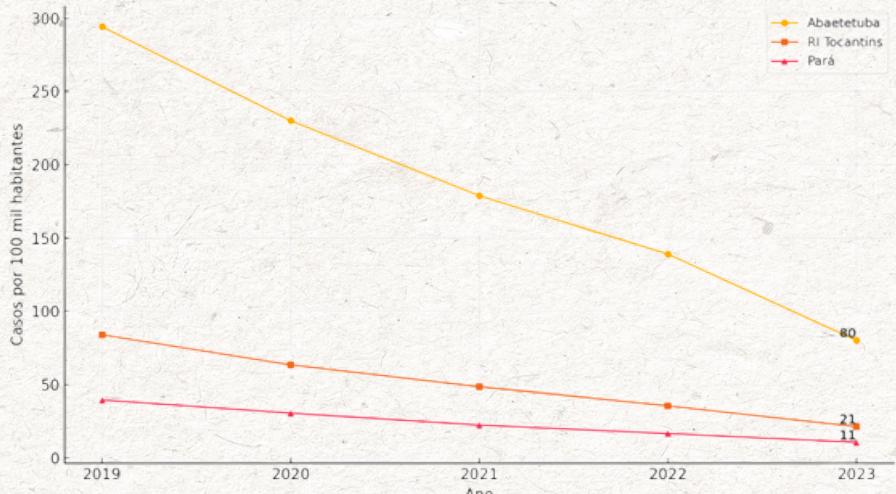
tins quanto o estado do Pará apresentaram também quedas nos seus indicadores, embora partindo de patamares bem mais baixos. A RI Tocantins caiu de cerca de 84 casos por 100 mil habitantes em 2019 para 21 em 2023, enquanto o estado do Pará reduziu seus números de aproximadamente 40 casos para 11 casos no mesmo período. Esses dados mostram que, apesar de Abaetetuba ter conseguido reduzir substancialmente seu índice, ainda se mantém acima da média regional e estadual, evidenciando a necessidade de esforços adicionais para alcançar níveis mais próximos dos demais territórios (Gráfico 28).





A trajetória de queda no trabalho infantil em Abaetetuba é um sinal positivo, mas o patamar relativamente elevado em 2023 alerta para a necessidade de continuidade e intensificação das ações. É fundamental reforçar programas de transferência de renda, políticas de inclusão educacional, fiscalização do trabalho e conscientização social sobre os direitos da criança e do adolescente. A erradicação total do trabalho infantil ainda requer uma abordagem integrada que atue tanto sobre a pobreza estrutural quanto sobre práticas culturais que naturalizam essa violação de direitos (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Abaetetuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 80 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

Entre 2019 e 2023, a taxa de homicídios em Abaetetuba apresentou grande oscilação, com movimentos de forte queda e subsequentes aumentos. Em 2019, o município registrava uma elevada taxa de 40,7 homicídios por 100 mil habitantes, mas houve uma queda significativa em 2020, atingindo 22,9. Posteriormente, a taxa voltou a subir em 2021 e 2022, atingindo novamente um patamar alto de 40 homicídios por 100 mil habitantes, para então cair de forma expressiva em 2023, chegando a 21,3 – o menor valor do período analisado (Gráfico 29).

Comparando com a Região de Integração Tocantins e o es-

tado do Pará, observa-se que a RI Tocantins apresentou uma trajetória mais estável, com ligeiro crescimento até 2022 e redução em 2023, finalizando em 29 homicídios por 100 mil habitantes. Já o estado do Pará manteve variações menores, partindo de 38,7 em 2019 para 31 em 2023. Apesar das oscilações mais acentuadas em Abaetetuba, o resultado final em 2023 mostra um desempenho melhor do que o da região e do estado, indicando avanços importantes na redução da violência letal no município (Gráfico 29).

A tendência final de queda acentuada na taxa de homicídios em Abaetetuba entre

2022 e 2023 sinaliza sucesso de ações recentes de segurança pública, prevenção social da violência ou reforço institucional no combate ao crime. Contudo, a forte volatilidade observada nos anos anteriores sugere que a sustentabilidade desses avanços ainda depende de políticas consistentes de longo prazo. É crucial consolidar essa melhora por meio de investimentos contínuos em policiamento preventivo, inclusão social, programas de resolução de conflitos e fortalecimento dos mecanismos locais de justiça e cidadania (Gráfico 29).



Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Abaetetuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 21 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.





Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Entre 2018 e 2022, o comportamento do gasto público municipal como percentual do PIB em Abaetetuba apresentou variações expressivas. No início do período, o indicador estava em 21,5%, mantendo-se relativamente estável em 2019 (21,0%), mas sofrendo uma queda significativa em 2020, atingindo 16,2%, provavelmente refletindo os impactos da pandemia sobre a arrecadação e o orçamento público. Em 2021, houve uma recuperação forte, com o percentual chegando a 23,4%, o maior valor da série, para depois cair novamente em 2022, encerrando o período em 20,1%. Esse padrão indica certa volatilidade nas finanças municipais, influenciada por fatores conjun-

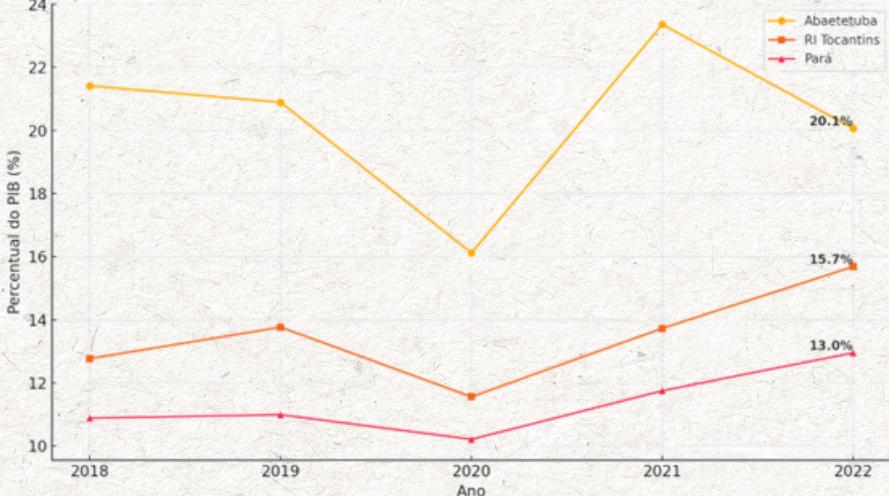
turais e fiscais (Gráfico 30).

A Região de Integração Tocantins também apresentou oscilações, mas de maneira menos intensa. O percentual variou entre 11,7% (2020) e 16,7% (2022), mostrando uma tendência geral de crescimento ao longo do período. No estado do Pará, o comportamento foi ainda mais estável, com um leve crescimento de 11,0% em 2018 para 13,0% em 2022. Comparativamente, Abaetetuba sempre esteve acima tanto da RI Tocantins quanto da média estadual, o que sugere uma relação mais intensa entre o gasto público local e a economia municipal, ainda que sujeita a maiores oscilações (Gráfico 30).

O fato de Abaetetuba manter

um gasto público proporcional ao PIB superior ao da média regional e estadual pode indicar uma administração municipal mais voltada à intervenção direta na economia por meio de investimentos e serviços públicos. No entanto, as fortes variações, especialmente a queda em 2020 e a retomada posterior, apontam para uma dependência maior da conjuntura econômica e de fluxos de receita variáveis. Para uma trajetória mais sustentável, seria desejável consolidar políticas fiscais que garantam maior estabilidade na capacidade de investimento público e maior eficiência no uso dos recursos em benefício da população (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Abaetetuba x RI Tocantins x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 20,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta não foi alcançada.



Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Entre 2019 e 2023, Abaetetuba apresentou um crescimento expressivo na taxa de acesso à banda larga fixa, partindo de 3,8 pontos por 100 habitantes em 2019 para 12 pontos em 2023. O aumento foi gradual até 2022, com um avanço mais moderado, e a partir daí ocorreu uma forte aceleração no último ano da série. Esse salto recente revela avanços importantes na infraestrutura de conectividade do município, provavelmente impulsionados por investimentos públicos e privados em expansão de redes, além da intensificação da demanda por serviços de internet, especialmente no pós-pa-

demia (Gráfico 31).

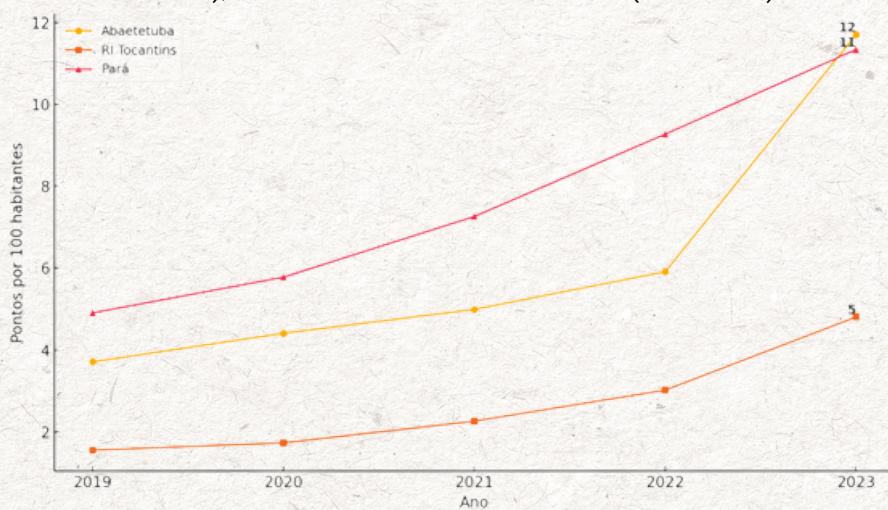
Quando comparado à Região de Integração Tocantins, Abaetetuba manteve desempenho superior ao longo de todo o período. Enquanto a RI Tocantins saiu de 1,6 para apenas 5 pontos por 100 habitantes em 2023, o crescimento em Abaetetuba foi mais do que o dobro. Já em relação ao estado do Pará, o município acompanhou a tendência geral até 2022, mas em 2023 ultrapassou o indicador estadual (11,4 pontos), consolidando-se como um destaque regional em expansão do acesso à internet fixa (Gráfico 31).

Esse avanço significativo no

acesso à banda larga é um indicador positivo de melhoria nas condições de inclusão digital e pode trazer impactos relevantes para áreas como educação, serviços públicos, comércio e teletrabalho em Abaetetuba. Apesar do crescimento expressivo, o nível absoluto de acesso ainda é relativamente baixo quando comparado a padrões nacionais e internacionais, sugerindo que há espaço para novas políticas públicas e investimentos voltados à universalização da conectividade e redução das desigualdades de acesso dentro do próprio município (Gráfico 31).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 12 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Abaetetuba x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



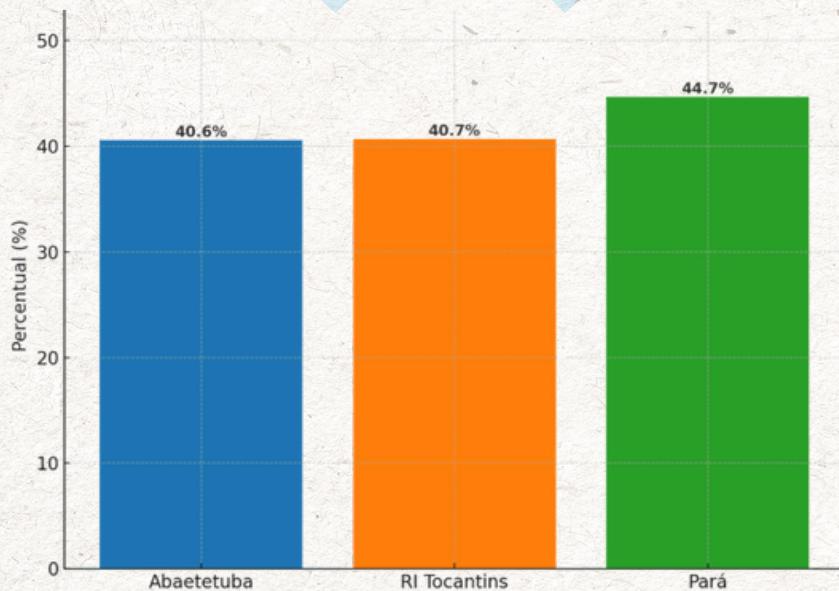
Fonte: ANATEL e IBGE.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 – e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA – foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Abaetetuba** registrou um IDS de **40,6%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Abaetetuba x RI Tocantins x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais.** In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades.** Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.



Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, dispõe por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descontina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregadas e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcos de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23,2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

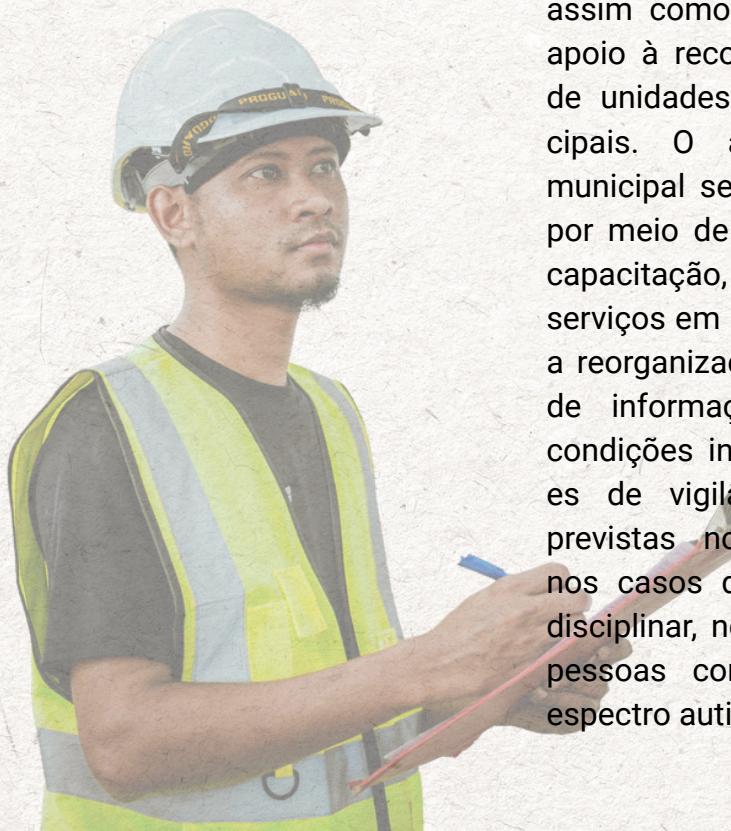
nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.



Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletrônicos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).





As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisectorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Abaetetuba na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Acará e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abranger novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes do modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas. Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

